

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE  
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN  
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**2 de Abril de 2009**

**31.ª Reunião**

Ordem de trabalhos:

Audição do Sr. Dr. Rui Machete (Presidente demissionário do  
Conselho Superior da SLN)

## Índice Remissivo

---

### **A**

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira) · 3, 4, 11, 22, 25, 27, 31, 34, 36, 37, 42, 43, 46, 50, 52, 58, 60, 64, 65, 67, 70, 71, 73, 75, 78, 79, 80, 82, 83

Afonso Candal (PS) · 50, 51, 52, 53, 58, 59, 62, 64

---

### **H**

Honório Novo (PCP) · 4, 22, 23, 27, 70, 71, 74

---

### **J**

João Semedo (BE) · 37, 38, 41, 42, 43, 46, 80

---

### **M**

Miguel Macedo (PSD) · 65, 67

---

### **N**

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 27, 34, 35, 36, 75, 76, 77, 78

---

### **R**

Dr. Rui Machete · 11, 22, 23, 25, 27, 31, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 46, 51, 53, 62, 64, 65, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

Vamos dar início à nossa reunião e, como acontece habitualmente, vou buscar o nosso convidado de hoje, o Sr. Dr. Rui Machete, que já chegou à Assembleia da República há bastante tempo. Irei dispensar o Sr. Dr. Rui Machete da nota curricular, uma vez que é um antigo Deputado da Assembleia da República, foi ministro e, durante alguns anos, presidente da SLN.

Penso que podemos dispensar esse intróito para poupar tempo, uma vez que o Sr. Dr. Rui Machete tem de sair hoje em viagem e, portanto, está com limitações de tempo.

Peço-vos, então, que aguardem um momento.

*Pausa.*

Em nome das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados que integram a Comissão de Inquérito, queria dar as boas-vindas ao Sr. Dr. Rui Machete.

Habitualmente, pedimos uma nota curricular aos nossos convidados, mas neste caso, como já referi há pouco, é dispensável. O Sr. Dr. Rui Machete é uma personalidade muito conhecida, antigo parlamentar, antigo ministro, antigo «muitas funções» de conhecimento público. É Presidente da FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento) e, também, Presidente do Conselho Superior da SLN. Foi nesta qualidade que o convidámos.

Antes de dar a palavra às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados, gostaria de dizer que agradeço muito a prontidão com que, após o convite que formulei ao Sr. Dr. Rui Machete para se deslocar a esta Comissão, nos enviou as actas, dando-nos a possibilidade de as distribuir aos Srs. Deputados para que, efectivamente, pudessem hoje colocar questões.

Seguindo a metodologia habitual, iniciamos a audição com um período de perguntas, com a duração de 10 minutos para cada Deputado, perguntas que serão respondidas em conjunto. Pedia ao Sr. Dr. Rui Machete que fosse o mais sucinto possível nessas respostas, bem como a todos os Srs. Deputados intervenientes, uma vez que o Sr. Dr. Rui Machete tem de fazer uma deslocação ainda hoje e, portanto, está pressionado em termos de tempo. Além do mais, estamos a iniciar esta audição a esta hora, que já é bastante tardia relativamente ao que vos tinha pedido.

Tendo sido esta vinda do Sr. Dr. Rui Machete um pedido do Sr. Deputado Honório Novo, dou-lhe de imediato a palavra para formular as perguntas que entender.

Faça favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, cumpre-me agradecer ao Sr. Dr. Rui Machete a disponibilidade, a prontidão com que nos enviou as actas da SLN, logo que foram pedidas ao sítio certo (digamos assim) e, não obstante o pouco tempo que tivemos para as analisar em profundidade, queria colher, desde já, o seu assentimento prévio para, numa fase ulterior e caso venha a revelar-se necessário, podermos pedir esclarecimentos, por escrito, sobre elementos que, eventualmente, não venham a ser abordados hoje.

O Sr. Dr. Rui Machete fez parte do Conselho Superior, primeiro, do BPN e, depois, do Grupo SLN, em função de uma posição accionista que detinha na altura, como Presidente da Federação Luso-Americana para o Desenvolvimento, que, posteriormente, vendeu. Não obstante, manteve-se na qualidade de Presidente do Conselho Superior, tal como nos informou numa carta que enviou.

Vou fazer-lhe uma série de perguntas, Sr. Dr. Rui Machete, e gostava de colher os seus comentários.

A primeira questão que queria invocar prende-se com um artigo do jornalista Camilo Lourenço de 2001. Ele é sobejamente conhecido, já foi debatido nesta Comissão e objecto, na altura, em 2001, de uma acção judicial do Grupo — na altura, suponho que ainda BPN —, que resultou num acordo extrajudicial. No entanto, as acusações lá mencionadas eram graves e, tanto quanto foi possível fundamentar, justificadas. E, tal como foi dito aqui, durante o decorrer destas audiências, hoje prova-se que aquilo que foi escrito em 2001 ficava muito aquém da realidade.

A questão que coloco é esta: como é que o conselho superior reagiu perante a publicação desta notícia? Promoveu, ou não, algum debate e que medidas aconselhou? Ou, simplesmente, não conheceu formalmente a existência deste artigo?

Coloco-lhe o mesmo tipo de questões relativamente a uma reunião extraordinária convocada no início de 2006, pelo então vice-governador encarregado da supervisão, Dr. António Marta. Tratou-se de uma reunião convocada a título extraordinário — aliás, nas declarações que ele aqui nos prestou, foi muito claro ao dizer que, hoje, está arrependido de não ter convocado os membros do conselho superior. Mas, a verdade é que considerou, mesmo assim, que aquele era um procedimento especial por

parte do Banco de Portugal e, naturalmente, isto tinha de ser obrigatoriamente do conhecimento dos membros do conselho superior.

Faço-lhe, portanto, o mesmo tipo de perguntas relativamente a este incidente, ou seja, que tipo de reacção teve o conselho superior, a nível formal, ao nível das suas reuniões, das medidas, da discussão e, enfim, ao nível do que entender dever aqui comunicar.

Coloco ainda uma questão relativamente a um facto conhecido — e, certamente, mais conhecido pelos membros do Conselho Superior —, que é o do abandono sistemático de vários administradores do BPN. Eu cito três, porque são aqueles que considero mais exemplares na rapidez de entrada e na rapidez de saída — e permita-me dizer que, alguns deles, com recusa formal, pelo menos afirmada aqui, perante esta Comissão, de assinatura de contas. Refiro-me a Pinto da Silva, Manso Neto e Nunes de Almeida.

Citei três exemplos, mas podia citar outros. O que pretendo é perceber se a demissão extemporânea, chamemos-lhe assim, destes três administradores causaram ou não reacção nos membros do conselho superior, que não sei exactamente quantos são. O Sr. Dr. Rui Machete far-me-á o favor de informar-me sobre isso, porque já tenho visto escrito que são 30, mas o elencar deles nos relatórios e contas, normalmente, fica-se por uma dúzia ou dúzia e meia. Portanto, não tenho bem presente a constituição desse conselho superior.

Gostava de perceber, portanto, como é que o conselho superior reagiu perante esta situação.

Gostava de saber agora, em termos pessoais e institucionais (como presidente do conselho superior), se teve ou não algum conhecimento da famosa reunião entre o Dr. Dias Loureiro e o Dr. António Marta e das

razões invocadas. Sabemos que uma parte invoca umas razões, a outra invoca outras. Pergunto, por isso, se o conselho superior conhece alguma razão ou confirma uma das duas versões.

Finalmente, Sr. Dr. Rui Machete, regressando à parte mais especial, porque motivada por uma leitura atenta das actas que nos enviou, e que considero muito importantes, porque confirmam factos sobre os quais tínhamos indícios, mas em relação aos quais faltavam-nos alguns documentos que comprovassem em toda a extensão alguns dos elementos que aqui temos debatido.

Por exemplo, a acta de 17 de Dezembro faz referência — não sei se terá havido lapso — a uma acta de 24 de Setembro de 2007, da qual não existe cópia aqui ou, pelo menos, não a encontrei (admito que esteja na documentação que nos enviou, mas não tive tempo, confesso, de a analisar em profundidade). Se calhar, está num outro volume que não vi. Apenas se trata de uma referência de pormenor.

A questão é que esta acta de 17 de Dezembro refere coisas muito interessantes. Por exemplo, informa-nos que estava a ser feita, em 17 de Dezembro, aquilo que se designava na acta por «avaliação económico-financeira de diversas empresas do Grupo». Não sei se isto é o preâmbulo daquilo a que temos chamado aqui como o documento *O Estado da Nação*.

Sabemos que o *Estado da Nação*, apresentado em Março, teve duas versões anteriores, e até uma versão sem nome, não titulada. Ora, não sabemos até que ponto esta avaliação é ou não é isso e, se ela foi feita, quando foi entregue ao conselho superior.

Por outro lado, fala-se, pela primeira vez, de uma hipótese de venda do Grupo ou de parte do Grupo à Carlyle, de que eram entusiastas alguns

associados, entre os quais o Dr. Oliveira Costa, que, aliás, afirma ter reunido com o Primeiro-Ministro José Sócrates, que lhe mostrou grande satisfação por esta possibilidade e que até terá informado, em primeira linha, o Governador do Banco de Portugal. Isto é, não foi o Dr. Oliveira Costa mas o próprio Primeiro-Ministro que terá informado o Governador do Banco de Portugal, segundo reza a acta.

Contudo, nesta primeira abordagem do tema, é claramente mostrada uma divisão, uma prudência, pelo menos de parte de muitos accionistas, a começar, aliás, pelo presidente, que propõe uma meta de prudência relativamente a esta abordagem. Queria que nos falasse sobre isto e sobre todo o desenvolvimento.

Temos ainda a acta de 15 de Fevereiro de 2008, na qual se confirma a demissão e a aceitação da demissão do Dr. Oliveira Costa, com voto de louvor, bem como uma acta de 18 de Fevereiro, na qual é feita a aprovação unânime de Abdool Vakil e onde não consta — o Sr. Dr. Rui Machete dirá se foi ou não debatida — que tenha sido debatido qualquer tipo de reticências sobre a nomeação da administração Vakil. Isto é, não é minimamente referenciada na acta qualquer característica transitória atribuída à administração Vakil (que é uma situação que aqui tem sido considerada como tal), por um lado, nem que os accionistas, nesta sua nomeação, alguma vez tenham atribuído limitação de poderes à administração Vakil, designadamente quanto à convocação de qualquer tipo de auditoria externa, por outro lado.

Numa acta de 11 de Março de 2008, descreve-se a apresentação do memorando que fica anexo à acta — é o que aqui se diz. Partimos do princípio que este memorando é o famoso *Estado da Nação*, ou o documento que o possa substituir. Só que, como anexo à acta, ele não foi

remetido. Era, pois, muito importante que tivéssemos hipótese de consultar este memorando anexo à acta, porque não vem, tanto quanto pude observar no conjunto de documentos que nos enviou, na medida em que a sua consulta pode permitir-nos um grau de rigor, de profundidade e de análise deste memorando.

Também se fala, nessa altura, de uma comissão do conselho superior, constituída por quatro accionistas/conselheiros. Temos abordado, de diversas formas, este problema e era importante que o Sr. Dr. Rui Machete nos informasse como foi criada esta comissão do conselho superior, estes quatro accionistas (se é que são quatro), qual a sua finalidade e que mandato tinham.

Nós temos referenciado, no depoimento do accionista e conselheiro Almiro Silva, que havia um grupo de 10 accionistas pertencentes ao conselho superior que estava a tratar de problemas relacionados com a transição e a substituição do Dr. Oliveira Costa. E temos como dado adquirido que houve uma tentativa inicial — ou não, o Dr. Rui Machete o dirá! — de fazer uma administração, inicialmente constituída por um administrador para a área não financeira, que era o Dr. Franquelim Alves, e um administrador para a área financeira, que seria o CEO, o Dr. Francisco Sanches e, só numa fase posterior, é que aparece o Dr. Abdool Vakil. O que é que o Sr. Dr. Rui Machete tem para nos dizer sobre esta matéria?

Finalmente, na acta de 10 de Abril, estão referenciados — agora, pela primeira vez, na boca do Dr. Abdool Vakil, porque na acta precedente de 11 de Março, o Dr. Abdool Vakil não está presente e, portanto, não pode ser responsabilizado pela apresentação do tal memorando, que está em anexo, e que nós não recebemos...

Mas, dizia eu, na acta de 10 de Abril é que, pela primeira vez, o Dr. Abdool Vakil aparece como anunciando dados claramente identificáveis, com os dados que nós conhecemos do documento *O Estado da Nação* — acções próprias, venda de obras de arte Miró... —, e isto é tratado como se fosse uma situação perfeitamente normal, recorrente e conhecida dos membros do conselho superior. O Banco Insular, de facto, não é falado aqui ou, pelo menos, na acta não está; e é feita uma proposta pelo Dr. Vakil para levar ao Banco de Portugal várias questões.

Esta perspectiva — e acho aqui isto bastante importante — no sentido de levar ao Banco de Portugal, que é anunciada em 10 de Abril pelo Dr. Vakil, é retomada em 12 de Maio, isto é, um mês e pouco depois, numa nova reunião do conselho superior, na qual o Dr. Vakil coloca o cargo à disposição do conselho superior — isto é, ameaça demitir-se. E ameaça demitir-se porque diz que é necessário comunicar ao Banco de Portugal, de uma forma completa, que se conhece na altura, relativamente à ligação com uma entidade de Cabo Verde — assim designada, não se chama Banco Insular, não se designa pelo nome. E há uma proposta de outros membros do conselho superior, aparentemente ou tendencialmente vencedora, que diz que não e que apenas deve ser informado o Banco de Portugal do estritamente necessário. E é nessa altura que o Dr. Vakil ameaça demitir-se! Isto é, o Dr. Vakil era adepto de comunicar ao Banco de Portugal aquilo que comunicou nas cartas de 15 de Maio e de 2 de Junho, nos exactos termos em que o fez, e havia uma parte maioritária do conselho superior que não era, que, no dia 12 de Maio, isto é, três dias antes, dizia «Não senhor! Atenção, o melhor é a gente não dizer tudo!»

Eu queria que o Sr. Dr. Rui Machete nos informasse, em pormenor, do que se passou, de facto. Enfim, nós temos nota, através da leitura da acta, de que o Sr. Dr. Rui Machete teve uma intervenção prudente e de consenso, relativamente à situação extremada — o que, aliás, fica patente na leitura das actas, é absolutamente incontornável. Mas nós, como Comissão de Inquérito, gostávamos de perceber: se não fosse, eventualmente, a ameaça de demissão do Dr. Vakil — parece poder concluir-se — se o conselho superior optaria por remeter ao Banco de Portugal — naquela fase, dia 12 de Maio —, uma informação muito inferior àquela que foi redigida pelo Dr. Vakil, em 15 de Maio e 2 de Junho.

Para já, é tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Dr. Rui Machete, agradeço-lhe, antecipadamente pelas suas respostas.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar VV. Ex.<sup>as</sup> e, simultaneamente, manifestar que é com um sentimento de alguma saudade que volto à Assembleia da República, onde estive vários e bons anos de trabalho e da minha vida — embora não tenha propriamente um grande sentimento de satisfação em vir por este motivo, porque é um motivo relativamente triste, em termos de uma instituição que, efectivamente, não foi por bom caminho, como viemos a saber posteriormente.

Depois, julgo ser útil explicar rapidamente que, como o Sr. Deputado Honório Novo disse, a razão pela qual fui convidado e aceitei ser membro do conselho superior — foi porque a Fundação Luso-Americana fez um investimento de algum vulto na SLN, por instâncias do presidente, então, do BPN e da SLN, que se nos afigurou ser um bom investimento. Aliás, o resultado final acabou por não ser mau, como, num documento que juntei, acabei por evidenciar.

Ora bem, mas essa foi a razão principal pela qual eu aceitei esse convite. É porque, a folhas tantas, depois de termos decidido participar, na realidade, começaram a soar algumas notícias preocupantes acerca do Banco. Nós achámos que era útil não participar na estrutura do Banco. Eu nunca participei, nem nenhum membro da Fundação participou quer na administração quer no conselho fiscal, nem sequer fomos às assembleias gerais. Mas achámos útil ter algum tipo de contacto com o Banco, que nos permitisse ajuizar como as coisas iam. E essa foi a razão, efectivamente, de ter eu aceitado o convite.

Depois, porventura, por gentileza do presidente da SLN, porventura porque também lhes conviria ter uma pessoa que pudesse, eventualmente, na sua perspectiva, poder contribuir para alguma credibilidade do Banco — estou a falar em factos e não a fazer juízos de valor — fui insistentemente convidado para presidente e aceitei.

Na realidade, o conselho consultivo tinha e tem — suponho que se mantém, visto que já não faço parte do mesmo órgão — uma natureza consultiva, que nem sequer estava prevista obrigatoriamente nos estatutos, e a maior parte dos seus membros eram os accionistas mais significativos do Banco.

Na realidade, a informação básica de que dispúnhamos era fornecida pelos relatos, como, aliás, decorre das actas que vos forneci — mas há actas anteriores do BPN onde, porventura, isso será mais evidente —, decorrendo, praticamente, em exclusivo das informações que o Sr. Dr. Oliveira e Costa fazia dos relatos da situação das diversas instituições que dirigia. Acho que isto é importante referir porque, na verdade, pelo conselho superior os seus membros não tinham um conhecimento minucioso do que se passava no banco.

Em todo o caso — e porque isso ajuda, depois, a responder a muitas das questões que foram formuladas —, houve um ponto que me impressionou e, devo dizer-lhe, impressionou-me negativamente.

Eu conhecia o Sr. Dr. Oliveira e Costa da política; depois ele foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, do ministro das finanças. Na altura, eu ainda era presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República. Eu não tinha razões para ter especiais relações de amizade com o Dr. Oliveira e Costa, pois estávamos, do ponto de vista partidário, em posições muito diversas; mas a verdade é que achei que foi um secretário de Estado que se esforçou, que foi competente. Depois, ele foi para a Bélgica, onde desempenhou funções num banco comunitário e, quando voltou, durante um tempo — e essa foi a razão por que nós decidimos de investir —, se apresentava como um êxito significativo.

Só que, houve um ponto — e eu disse isto várias vezes, portanto, não estou sequer a dizer alguma coisa que não tenha dito frente a frente —, é que a mim impressionou-me negativamente a circunstância de, nos seus relatos, o Banco se apresentar um pouco como *one man show*. Digamos que ele era a pessoa mais conhecedora em matéria financeira — aliás, era um homem competente em matéria de finanças ou é um

homem competente em matéria de finanças —, em matéria de seguros, em matéria de urbanismo, mas também noutras questões menos relacionadas com esse ponto. Essa foi a razão — e V. Ex.<sup>a</sup> poderá verificar o histórico da nossa participação —, por que fomos reduzindo sucessivamente, com cuidado, lentamente, sem dar azo a alarmismos, mas achámos mais prudente e quanto a esse aspecto, o meu juízo, naturalmente, por estar lá, foi fundamental e achámos mais prudente irmos progressivamente.

O Sr. Deputado disse «Saímos a tempo!». É verdade, saímos a tempo, e a razão foi essa.

Não apreciámos a maneira como as coisas se desenrolavam mas, evidentemente, não tinha nenhuns motivos para pensar — até, digamos, 2008, até à parte de 2008 que começa a ser relatada nas actas com este significado — que a situação era aquela que nós agora sabemos, ou, pelo menos, sabemos em grande parte.

E, portanto, infelizmente, não lhe poderei, porventura, satisfazer em pormenor, como pretende, todos os aspectos sobre os quais indagou. Em todo o caso, vou tentar responder àquilo de que sou capaz.

Na realidade, para essa impressão negativa também contribuíram a ambiência criada por alguns artigos nos jornais, muito embora o resultado desses artigos nos jornais tenha sido, tanto quanto sei, negativo. Houve acordo, justamente porque os articulistas não estariam tão convencidos da segurança das suas afirmações como tal, e o Sr. Dr. Oliveira e Costa, digamos, teve a oportunidade de explicar que estava a ser vítima, ele e o Banco, de uma perseguição que, naturalmente, nada justificava e que, até o indignava.

Devo dizer que nós ou eu, pelo menos, não tive conhecimento da reunião com o Sr. Dr. António Marta, pessoa que conheço bem e que considero; mas ele não convocou o conselho superior e eu não tive conhecimento dessa reunião.

Também contribuíram... Para dizer a verdade a única contribuição foi a do Dr. Manso Neto, que eu conhecia relativamente bem; ele foi alto funcionário do BCP, suponho mesmo que exerceu funções de administração do BCP, e a circunstância de ele ter entrado e saído rapidamente deixou-me um pouco perplexo, embora não tenha podido obter informações sobre as razões da sua saída, visto que era, e é, um profissional muito competente.

Também não tive a oportunidade de conhecer a entrevista ou a conversa tida entre o Sr. Dr. Dias Loureiro e o Dr. António Marta.

Depois, V. Ex.<sup>a</sup> refere a acta de — que vem referida na acta de 17 de Dezembro — 24 de Setembro. E eu penso que posso dar-lhe a satisfação de dizer que tenho essa acta, que julguei que não a encontrava, mas encontrei-a porque estava noutra sítio, e que entrego para os devidos efeitos. É uma acta que, no fundo, tem como aspectos importantes aqueles que salientou e, ainda, a questão de ser discutido o modelo de governação do Grupo SLN. Houve uma discussão...

Já agora, aproveito a oportunidade para dizer que o grau de conhecimento que os membros do conselho superior tinham do funcionamento do Banco era muito diferente, pareceu-me, de membro para membro. Isto é, havia um conjunto de membros que, por razões que a pouco e pouco tenho vindo a descobrir — umas calculava e outras tenho vindo a descobrir —, tinha um conhecimento, que, aliás, era patente nas conversas, visto que eles eram não só importantes accionistas do Banco

como tinham negócios com o Banco (uma parte deles até beneficiava de financiamentos do Banco) e, portanto, é natural que eles tivessem um conhecimento muito mais alargado do que aquele que eu possuía.

Não tive nenhum conhecimento do documento chamado *O Estado da Nação*, mas ouvi uma exposição, que, aliás, está espelhada na acta de 10 de Abril de 2008, do Sr. Dr. António Duarte — se sou capaz de decifrar bem os gatafunhos que estão escritos ao lado — em que ele expôs efectivamente a situação do Grupo, mas, em particular, do Banco, em termos em que se sublinhava nitidamente que a principal preocupação era o problema do cumprimento dos rácios, que estavam longe de atingir o nível exigido pelo Banco de Portugal, e que se tornava necessário fazer um aumento de capital para repor o rácio de solvabilidade do Banco. Essa exposição foi uma exposição relativamente prolongada — não sei, porque não conheço o documento chamado *O Estado da Nação*, mas tenho ouvido referências.

No outro dia ofereceram-me a hipótese de conhecer o documento e eu disse «Não quero», porque já sabia que vinha aqui e por isso não o queria conhecer antes. Só agora é que o conheci e poderia ser influenciado por isso, portanto não o conheço. Mas essa exposição, que foi feita por diapositivos, foi uma exposição relativamente pormenorizada.

Quanto à venda do Grupo à Carlyle, ela foi anunciada numa reunião que consta de uma acta (suponho que foi nessa altura) de 11 de Março de 2008 e resultou já da sensação que existia de que o Grupo se encontrava numa situação muito difícil, tornando-se necessária a venda e, por outro lado, havia, curiosamente, uma reacção por parte de um número significativo de membros do conselho superior que queriam, simultaneamente, obter dinheiro pela venda, mas não queriam perder o

controlo do Grupo, o que se tornava uma situação difícil. Por um lado, esse aspecto e, por outro lado, a circunstância de as negociações aparecerem com formulações pouco claras — não estou a dizer que fossem ilícitas, eram pouco claras, não eram propostas que um jurista de formação pudesse perceber exactamente o que se pretendia alcançar em todos os seus aspectos — levaram-me a dizer que era muito importante ter a noção do que é que realmente era pretendido, se era uma participação prolongada, efectiva, um parceria que durasse o tempo suficiente, ou se se tratava apenas de uma operação financeira com poucas garantias de continuidade. Essa matéria nunca foi, pelo menos do meu conhecimento, suficientemente esclarecida.

O problema da renúncia do Sr. Dr. Oliveira Costa e da nomeação do Dr. Abdool Vakil não se passou, nos seus aspectos de negociação, no conselho superior, portanto, não tenho um conhecimento directo de muitas das coisas que se passaram. Mas tive conhecimento de que, porventura porque, realmente, este modo de gerir o banco e a SLN e os resultados que começavam a aparecer menos positivos do que os que se tinham registado anteriormente levavam as pessoas a algum descontentamento, revelava que esse tipo de gestão não era suficientemente eficaz e não oferecia garantias. Várias pessoas fizeram críticas. Devo dizer que, em todo o caso, as críticas dos conselheiros, provavelmente eram criadas pela circunstância de haver os negócios que continuavam a decorrer entre eles e o banco.

Mas a verdade é que, a folhas tantas, tornou-se claro que era importante que o Sr. Dr. Oliveira Costa, num primeiro momento se afastasse da gestão efectiva do banco e passasse, portanto, a uma posição de presidente, e depois, até, que se afastasse mesmo dos lugares.

Essa avaliação da situação foi possibilitada, em termos de uma muito maior nitidez, pela circunstância de ter havido uma nomeação de uma comissão, constituída pelos Srs. Joaquim Coimbra, Fernando Cordeiro, Adelino Silva e, creio, pelo Sr. Almiro Silva, que, nessa altura ou pouco antes ou pouco depois (isso não posso precisar), ficou a fazer parte da administração e que foi uma comissão que trabalhou largamente, autonomamente, procurando formular uma ideia sobre a situação, no fundo, fazendo uma avaliação da situação económico-financeira do Grupo e avaliar em que termos a gestão se tinha processado.

E é em função da avaliação feita por essa comissão, que foi transmitida depois ao conselho superior, que o Sr. Dr. Oliveira Costa é levado a renunciar, em parte por razões de saúde, em parte por razões resultantes da análise que essa comissão fez.

E foi nessa altura, durante esse período de tempo que deve ser o último quadrimestre de 2007, que se começam já a sentir esse tipo de problemas e, em relação à gestão do Sr. Dr. Oliveira Costa, vários conselheiros vieram falar comigo e eu disse-lhes que, na realidade, me parecia útil encontrar uma solução.

Eu estava convencido ainda de que a solução correcta seria uma solução que levasse ao afastamento da gestão efectiva do Sr. Dr. Oliveira Costa, mas mantendo-o num cargo honorífico e depois, a pouco e pouco, essa solução, à medida que os factos se iam acumulando e a comissão tornava a insistir — embora não fosse nunca muito explícita, por razões que eles diziam de prudência —, mas isso nunca foi discutido com grande pormenor no conselho superior. Todavia, a verdade é que houve uma necessidade de encontrar uma solução. Houve diversos nomes, perguntaram-me... Podemos dizer que isso explica um pouco a razão por

que, mesmo tendo vendido as acções, eu, a folhas tantas, um pouco, talvez com alguma inocência, achei que poderia dar alguma ajuda, porque percebi que as pessoas estavam preocupadas, aflitas e, em alguns casos, eram menos conhecedoras de personalidades do meio financeiro do que seria desejável para encontrar uma solução.

A verdade é que houve várias pessoas que foram mencionadas e a escolha, a folhas tantas, começou a recair sobre o Dr. Cadilhe, mas houve outras pessoas anteriormente e, entretanto, como as coisas não podiam parar e se tornava premente a renúncia do Dr. Oliveira e Costa, repito, por razões de saúde e pelas outras razões que mencionei, a escolha caiu na única personalidade que era presidente do Banco Efisa, tinha boas relações com o Banco de Portugal, onde já se registavam problemas relacionados com os rácios de solvabilidade, e que podia assegurar o período de transição.

E, tanto quanto eu sei, embora isso não tivesse sido formulado juridicamente, que eu saiba, mas não posso garantir que não tenha acontecido, pois poderá haver algum documento que eu desconheça, a ideia foi sempre a de dizer ao Dr. Vakil que se tratava de uma nomeação provisória enquanto não se encontrasse uma solução definitiva. Só que estas coisas humanamente, às vezes, não funcionam da maneira como estão previstas e o Dr. Vakil, provavelmente, durante determinado período de tempo, não acreditou que essa solução viesse a ser tão provisória como era afirmado e, sobretudo, não tinha sentido – e, penso que aí ele teria razão – numa situação em que se tornava necessário tomar medidas urgentes para garantir a sobrevivência do Grupo, que ele ficasse limitado e tivesse de consultar uma data de pessoas,

designadamente alguns accionistas membros dessa comissão para tomar essas decisões.

Portanto, gerou-se aqui uma situação complexa e um pouco dramática para o Dr. Vakil e eu, nesse período, apoiei-o naquilo que podia apoiar, porque achava que era importante poder encontrar-se soluções e, designadamente, ter, em relação ao Banco de Portugal, uma atitude clara, visto que as grandes preocupações que o Banco de Portugal tinha eram relativas à solvabilidade do banco, aos rácios e portanto era extremamente necessário encontrar formas de aumentar o capital da SLN, o que se podia fazer de várias maneiras, sendo uma delas era a venda a um grupo, Carlyle ou outro, outra seria um aumento de capital para o qual esses accionistas principais, que se encontravam no conselho superior, poderiam contribuir.

Nesta altura a minha posição era uma posição em que, em termos de capital da FLAD detínhamos acções e essa posição era conhecida. Aliás, eu fui solicitado a não sair, quando achei que era normal sair, porque poderia ajudar a encontrar uma solução e, realmente, o conselho superior ajudou e por uma razão simples: porque, como participava numa parte importante do capital da SLN, uma resolução aí tomada tinha um peso que viria a repercutir-se depois na assembleia-geral onde não participei. E por isso mesmo isso facilitou, depois, o ingresso do Dr. Miguel Cadilhe que o conselho superior apoiou e eu ajudei, porque me parecia uma solução muito melhor que estar naquela indeterminação em que o Dr. Vakil não tinha sequer um mandato claro.

Tudo isto se passou — tanto quanto eu pude ter conhecimento ou tanto quanto me foi dado conhecimento, visto que eu não assisti à esmagadora maioria das reuniões, só assisti às reuniões formais — com

algumas hesitações, avanços e recuos, inclusive nas negociações com o Dr. Cadilhe, até se encontrar essa solução.

V. Ex.<sup>a</sup> perguntou-me algo a que já respondi e que tem a ver com a exposição sobre o Grupo em todas as áreas de negócio feita pelo Dr. António Duarte, como consta da acta de 10 de Abril, onde, pelo menos que eu tivesse conhecimento, ele limitou-se a projectar *slides* e não apresentou, nem usou, qualquer documento – o tal célebre documento *Estado da Nação* ou outro.

Há ainda a questão sobre a acta de 12 de Maio — e suponho que é a propósito da carta ao Banco de Portugal que o Sr. Deputado fez a pergunta.

O Sr. Dr. Vakil tinha duas preocupações que o dividiam: por um lado, como antigo funcionário do Banco de Portugal como funcionário e gestor bancário escrupuloso que era, tinha uma grande preocupação de informar o Banco de Portugal; por outro lado, as informações, que ainda não eram muito claras, colhidas por essa comissão do conselho superior e por outros membros do conselho superior, que não eu, eram informações que deixavam as pessoas estarecidas e começava a admitir-se que a situação era muito mais grave do que aquilo que se tinha imaginado, porque haveria problemas de ordem legal. Portanto, as pessoas tinham um certo receio e queriam saber se não se poderia esperar por uma maior certeza até informar o Banco de Portugal.

E foi nesse aspecto que, acho, tentei ser útil a ambas as partes, explicando ao Dr. Vakil que ele tinha de informar tudo aquilo de que tinha conhecimento correcto, exacto e seguro, que não meras hipóteses, meras conjecturas — muitas das quais, infelizmente, veio a verificar-se terem razão de ser, mas ele ainda não tinha qualquer prova sobre isso —, mas

que, por outra parte, não deveria fazer nenhuma omissão que pudesse induzir o Banco de Portugal em erro.

Ele teve a amabilidade de me consultar sobre a carta que escreveu e penso que a carta era uma carta correcta do ponto de vista ético e jurídico, porque permitia ao banco central ajuizar da situação tal como ela se desenhava na altura, e isso mesmo veio espelhado na acta, para que não houvesse dúvidas. De resto, o parágrafo ou parágrafos que se referem a isso foram, o que não aconteceu normalmente, escritos directamente por mim.

Não sei se me escapou alguma coisa, mas penso que não.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputados Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, o que podemos concluir — não foi totalmente explícito, Sr. Dr., mas suponho ter sido suficientemente claro para podermos tirar essa conclusão — é que, em termos do órgão conselho superior, nunca foi abordada a questão das notícias ou dos rumores, nunca foi abordada a questão da reunião com o Dr. António Marta, nem nunca foram abordadas as questões relativas às demissões um pouco extemporâneas (chamei-lhes extemporâneas) de administradores.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não sei se não terão sido mencionadas — isso não posso garantir —, mas nunca foram discutidas, nunca foram apreciadas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Esse é o tema substancial que eu queria apurar.

Agora, há duas ou três questões que gostava de perceber.

Já percebemos, então, que a constituição do grupo para análise da situação do Grupo SLN está aqui reportado na acta que fez o favor de nos entregar hoje. Só que aqui estão referidos três accionistas e suponho ter referido quatro. Aqui estão referidos Joaquim Coimbra, Fernando Cordeiro e Adelino Silva, mas, pelos vistos, haverá também o Sr. Almiro Silva.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Penso que o Sr. Almiro Silva também pertencia, mas, como, na altura, foi designado como administrador, não foi formalmente incluído no grupo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — A questão é esta: é se este grupo pode ou não ter estado na base, com o apoio naturalmente de técnicos, da elaboração daquilo que foi evoluindo documentalmente e que foi apresentado sucessivamente nas reuniões de 11 de Março e de 10 de Abril ao conselho superior, isto é, se terá ou não sido este grupo que esteve na origem desta situação.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Posso responder já. Não foi com certeza...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., quero referir ainda dois ou três elementos suplementares.

Na acta — e, provavelmente, não terá grande relevância, mas, de toda a maneira, gostava de perceber — do dia 17 de Dezembro, é referida a realização da avaliação económica e financeira de algumas diversas

empresas do grupo. Não se referiu a este estudo ou a esta avaliação, não sei se ela foi completa, se teve alguma evolução, etc.

Depois, na acta de 11 de Março, está expressamente enunciado que foi feita a apresentação de um memorando, que fica como anexo à acta. O Sr. Dr. não tem a possibilidade de nos dar este anexo? É que, pelo anexo, podíamos retirar facilmente o seu grau de identificação com aquilo que vimos designando por *Estado da Nação* e suas respectivas evoluções.

Naquela fase transitória, a que se referiu extensamente, nunca lhe foi colocado o nome de Francisco Sanches, e não o nome de Abdool Vakil, como elemento preponderante a essa transição?

Em segundo lugar, relativamente à acta de 12 de Maio, aquela famosa acta em que o Dr. Abdool Vakil ameaça demitir-se, gostaria, se se recordasse e nos pudesse ajudar, que fosse mais explícito, porque isso seria muito importante.

É que nós temos aqui uma posição que diz (e vou ler um parágrafo, porque é importante) o seguinte: «Após uma breve troca de impressões entre os Srs. Conselheiros, foi proposto...» — e pode perguntar-se por quem — «... que esta resposta...» (ao Banco de Portugal) «... contivesse apenas a informação estritamente necessária, ao que o Sr. Dr. Abdool Vakil respondeu que tinha de preservar a sua credibilidade junto do Banco de Portugal, pelo que colocava o seu lugar à disposição, caso a resposta não fosse completa.»

Ora, como foi enviada a resposta, parte-se do princípio, como ele não se demitiu, que a resposta foi a que ele queria, a completa. E o interessante era percebermos, porque conhecemos as cartas enviadas em 15 de Maio e em 2 de Junho, o que é que a proposta de uma outra parte, aparentemente vencedora (ou seria se fosse a uma votação e, aliás, se não

tivesse havido a intervenção do Dr. Rui Machete, como presidente), implicava de redução relativamente àquilo que acabou por acontecer, que o Dr. Abdool Vakil considera completo e que o levou a não concretizar a sua ameaça de pedido de demissão.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Começando pelo fim, não sou capaz de lhe dar essa resposta.

O que posso dizer-lhe é o seguinte: em primeiro lugar, suponho que a Comissão já deve ter um conhecimento suficiente da maioria das pessoas que faziam parte do conselho superior para se ter apercebido de que essas pessoas não são peritos, especialistas, nem em direito financeiro, nem em gestão bancária. São pessoas bem sucedidas na vida, com experiência de negócios, mas não deste tipo de negócios. Portanto, a maior parte delas não faz uma ideia muito clara do que eram as funções do banco central, do que é a supervisão, de como as coisas se devem passar.

Isto é importante, porque não tenho a certeza de que algumas eventuais expressões, que, hoje, já não posso imputar em termos individuais, porque isso sucedeu numa reunião longa e em que as coisas não foram registadas, tivessem o significado que teriam se fossem ditas, por exemplo, por mim.

Portanto, houve pessoas que estavam atemorizadas com, digamos, a enormidade daquilo que — na opinião deles e também na minha — ia ter de ser dito, na minha opinião, ao Banco de Portugal, e foi.

Assim, não posso satisfazer o seu interesse nessa matéria, porque honestamente não sou capaz de fazê-lo.

O que posso dizer-lhe é que realmente havia a sensação... Aquilo, às vezes, parecia uma questão um pouco clubista, quer dizer, os que eram do Sporting e os que eram do Benfica ou do Porto, e que achavam que não era necessário ele ser excessivamente pormenorizado, pois, na altura devida, teria essa hipótese — e eles, por «excessivamente pormenorizado», estavam a pensar em todas as alíneas que, depois, constaram da carta. Portanto, havia ali, do ponto de vista de um clube, como que um sportinguista a gritar pelo Benfica ou vice-versa. E penso que eles não se aperceberam, senão mais tarde, de que o Dr. Vakil não poderia fazer outra coisa. E eu achei que ele realmente não podia fazer outra coisa.

E, como viu, a acta acabou por assinalar um consenso que resultou da demonstração, que foi feita, de que ele, Abdool Vakil, tinha razão, embora depois também, a folhas tantas, quisesse já colocar conjecturas que não sabíamos se era verdade.

Ora, numa carta daquela responsabilidade, ele devia dizer exactamente aquilo que expressei na acta, que era dizer aquilo sobre o que tinha conhecimento seguro e referir omissões que, claramente, não deveria ter e que deviam ser assinaladas para que o Banco de Portugal pudesse exercer o seu papel de entidade supervisora.

Quanto ao problema da acta de 11 de Março, tenho a impressão de que posso satisfazer a sua curiosidade, legítima, embora não saiba se isso adiantará muito. Tenho aqui um anexo, que, suponho, pertence a essa acta, onde há uma carta do Carlyle Group e um documento que diz «Credibilizar a Gestão e a Estratégia» — presumo que é isto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Deve ser isso.

Sr. Dr. Rui Machete: — É que isto está junto, mas não está agrafado, pelo que não posso dar-lhe uma garantia absoluta, mas suponho que é. Vou, então, juntar à acta de 11 de Março e entregar à Comissão.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr..

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quanto à questão sobre o Dr. Francisco Sanches?

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não sei nada sobre isso, Sr. Deputado. Não ouvi nada.

A Sr.ª Presidente: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, pedindo-lhe que seja o mais breve possível.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. Rui Machete, quero agradecer-lhe a oportunidade que nos dá.

Basicamente, o que pretendia saber era a dimensão e o tempo do conhecimento, por parte do Conselho Superior, de algumas circunstâncias que, hoje percebemos, afectaram o BPN e, em boa verdade, todo o Grupo SLN. E, a propósito desse documento *Estado da Nação*, gostaria que tentasse fazer uma precisão do que, de facto, foi comunicado ao Conselho Superior.

Vou ler-lhe apenas dois ou três extractos de algumas declarações aqui feitas por pessoas que estiveram ligadas ou ao conselho de administração ou, enquanto operacionais, ao BPN, para que o Sr. Dr., por estas declarações, nos ajude a perceber o que, de facto, se passou.

O Sr. Dr. António José Duarte, por exemplo, na audição que aqui se realizou, referiu o seguinte: «No dia 12 de Março de 2008, a BPN, SGPS, enviou uma carta ao Banco Central de Cabo Verde, assinada por dois administradores — a BPN, SGPS era a dona do capital do Banco —, onde assumia perante aquele Banco a intenção de adquirir o Banco Insular ou de intermediar a sua venda a terceiros. A resposta que acabei de dar resulta da pergunta que colocou questionando por que é que eu falava na venda a terceiros. É uma venda a terceiros exactamente na sequência desta carta. Esta solução, obviamente, foi definida (...) por conselho de administração da SLN ou do BPN, SGPS, ao qual nunca tive ligado.»

Queria saber, em primeiro lugar, Sr. Dr., se o Conselho Superior soube da comunicação feita ao Banco Central de Cabo Verde acerca da existência do Banco Insular e das soluções ponderadas no âmbito dos problemas do Grupo.

Diz mais adiante, de forma um pouco mais importante tendo em conta as soluções que o Sr. Dr. desempenhava, o seguinte: «Este documento é entregue ao Dr. Abdool Vakil em Março de 2008 e, no dia 10 de Abril de 2008, em reunião do conselho superior, é feita uma pequena apresentação, cerca de dois ou três *slides*, obviamente não exaustiva com o documento (...) mas com os grandes números, onde é mencionada, desde logo, a necessidade de aumentar o capital na SLN em 350 milhões de euros, acrescentando o facto de este número poder ser superior com a possível integração do Banco Insular.»

Ora bem, a relevância deste facto, Sr. Dr., é a de que já em Abril de 2008, de acordo com este testemunho, teria sido dado conhecimento ao Conselho Superior do Banco da existência do Banco Insular por referência ao *Estado da nação*. Pedia que o Sr. Dr. confirmasse se assim foi, se já em Abril de 2008, tal qual o Dr. António José Duarte assegura aos membros do Conselho Superior, foi dado conhecimento da existência do Banco Insular.

Independentemente deste aspecto concreto, Sr. Dr., queria saber quais os pontos do documento *Estado da nação* que foram partilhados com o Conselho Superior neste dia ou noutros, se, por exemplo, as contas investimento e o prejuízo ou o buraco que justificavam de forma muito expressa no *Estado da nação* foram também comunicadas ao Conselho Superior, se o Conselho Superior foi informado do uso de veículos para esconder prejuízos do Grupo, para mascarar situações de mora, para disfarçar empréstimos a accionistas. Isto porque estes são os aspectos caracterizadores do *Estado da nação*: uma inventariação dos problemas do Grupo e, nesses problemas do Grupo, à cabeça, Banco Insular, contas investimento, utilização de veículos..., todos estes expedientes.

Queria saber a dimensão dessa comunicação do documento *Estado da nação* que é feita ao Conselho Superior.

É garantido pelo Dr. António José Duarte que o Banco Insular foi uma das realidades transmitidas, mas queria saber, com precisão, quais foram.

É dito mais à frente o seguinte: «Estava presente todo o Conselho Superior...» – e eu recordo que os membros do Conselho Superior são públicos.

Vou agora referir-me a um extracto da acta da audição do Dr. Abdool Vakil. E cito: «Já agora, um esclarecimento: na assembleia-geral,...» — de 20 de Junho de 2008 — «... tive que me conter ao dizer coisas, tive que o fazer muito sinteticamente; havia números que não podia dizer, não podia dizer mais do que o que foi dito, e disse aos accionistas os números em sede de Conselho Superior.»

Portanto, o Dr. Abdool Vakil faz uma distinção entre o que diz genericamente aos accionistas, querendo esconder alguma coisa, e o que informa com maior exactidão aos accionistas em Conselho Superior. Queria saber quais foram os números que o Dr. Abdool Vakil deu a conhecer ao Conselho Superior.

Num outro ponto, ainda na audição do Sr. Abdool Vakil, diz-se assim: «(...) foi a meu pedido que isso...» — o documento *Estado da nação* — «... foi organizado, porque queria alertar e consciencializar os accionistas de referência em sede de Conselho Superior sobre os problemas que havia. Mas, como disse, fui sempre inibido de tomar quaisquer medidas extraordinárias, inclusivamente de auditoria, enquanto não viesse o presidente efectivo, que não se sabia na altura quem era mas que acabou por ser o Dr. Cadilhe.»

Ora bem, Sr. Dr., a relevância desta parte do extracto da acta do Dr. Abdool Vakil é a de quis consciencializar os accionistas de referência em sede de Conselho Superior sobre os problemas que havia. Eu queria saber a exacta dimensão do que o Dr. Abdool Vakil informou e tentar perceber do grau de inibição do Dr. Abdool Vakil em termos de gestão no âmbito do BPN. Isto porque, desmentindo o Sr. Governador do Banco de Portugal, o Dr. Abdool Vakil explicou a esta Comissão que nunca lhe poderia sequer ter sido pedida uma auditoria externa, porque, enfim, ele estaria «a

prazo», estaria com poderes restritos. De resto, ele afirmou «(...) fui sempre inibido de tomar quaisquer medidas extraordinárias, inclusivamente de auditoria (...)» Queria, pois, tentar perceber, no âmbito do Conselho Superior e do conhecimento do Conselho Superior, dos poderes do Dr. Vakil. O que fazia o Dr. Vakil, o que não fazia, o que podia fazer e se estava inibido.

Por último, Sr. Dr. — e esta é mesmo a última questão —, tendo em conta toda a legislação aplicável, queria saber qual, na sua opinião, o grau de transmissão por parte dos elementos do Conselho Superior à supervisão e ao Banco de Portugal daquilo que lhe tenha sido reportado.

É ou não obrigação do Conselho Superior, enquanto tal, e cada um dos seus membros no âmbito das suas competências, tendo conhecimento de irregularidades ou, até, de actos ilícitos praticados por um Conselho de Administração do respectivo Banco, comunicar isso mesmo, nesse tempo, ao Banco de Portugal. Ou seja, se o Conselho é isso mesmo, um Conselho, se aconselha e se tem uma dimensão, que é a de garantir o que o Banco deve significar, pergunto se, nos termos legais, não tem a obrigação de transmitir ao Banco de Portugal aquilo que sabe, se é que soube, e se soube, como aqui foi dito.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Há pouco já referi, e repito, que o documento *Estado da nação* não é do meu conhecimento. Nunca foi apresentado no Conselho Superior *qua tale* e, portanto, não o pude identificar como tal, se é que foi apresentado. Houve, efectivamente, uma exposição nessa reunião, que refere, de 10 de Abril, feita pelo Sr. Dr.

António Duarte, que projectou diapositivos, fez, no fundo, uma exposição sobre as necessidades do aumento de capital do BPN e explicou o défice, as insuficiências das provisões ao nível de fundos próprios — tudo isso consta da acta —, o aumento do activo e o FEI, por força dos resgates ocorridos, e os problemas de insuficiência do capital para o comércio bancário, portanto, para o crescimento do crédito, que, ele calculava, para garantir os rácios de um aumento de capital, serem da ordem dos 350 milhões de euros. Já não me lembraria disto se não estivesse na acta, mas lembro-me que ele fez essa exposição.

Devo dizer que fez uma exposição que, para mim, revelou uma situação do Banco que era muito pior do que aquela que conhecia e, sobretudo, que ele teria um conhecimento — ele e outros membros da equipa — que claramente ultrapassava em muito as magras informações que eu, como membro do Conselho Superior, tinha tido até aí. Portanto, tive uma certa surpresa. De resto, isso foi corroborado pelos administradores da SLN que conheciam e, suponho, pelo Dr. Adbool Vakil, mas não com base... Não sei se foi com base — eu não conhecia e não sei se outros conheciam. Eu não conhecia esse documento e, portanto, todas as questões em relação a esse documento... Aliás, não conhecia nem conheço, porque ontem ou anteontem foi-me oferecida a oportunidade de conhecer o documento e eu disse «depois de depor na Comissão, então mostrar-me-ão esse célebre documento, mas antes não quero ser confundido com isso.» Portanto, não o conhecia nem o conheço. Aquilo que aconteceu na reunião do Conselho Superior foi aquilo que efectivamente consta da acta, embora de uma maneira sucinta.

Também devo dizer que as actas reflectem as reuniões formais do Conselho Superior, que são reuniões em que eu estava presente. Sei que

os accionistas se reuniam frequentemente sem a minha presença, mas essas não eram reuniões formais do Conselho Superior e, obviamente, só por acaso é que sei o que nelas se passou.

Assim, nessa matéria, aquilo que posso responder consta dessa acta de 10 de Abril de 2008 e não há qualquer referência — só muito recentemente é que ouvi falar — a esse documento. Aliás, noutra dia, a Administração do Banco dirigiu-me um ofício a perguntar se eu conhecia e eu disse-lhe que não, que não conhecia, e ainda não conheço, como disse, mas irei conhecer, se valer a pena, porque, se calhar, nem vale muito a pena!

Quanto ao segundo ponto que o Sr. Deputado se refere, devo dizer que o Conselho Superior é um órgão meramente consultivo, é um órgão eventual e, portanto, as suas responsabilidades não podem ser medidas como as de uma entidade de supervisão ou como uma entidade que desempenha funções de gestão no Banco. Se quiser a minha opinião como jurista, mas, enfim, não é o mais apropriado no âmbito de uma deposição, eu acho que quem tenha conhecimento de acontecimentos graves que lesem o Banco ou quem tenha conhecimento de crimes com características públicas — não sei se são públicas ou não, mas presumo que sim — tem obrigação de os comunicar.

Eu não tive conhecimento, nunca, de situações que me levassem a suspeitar que estavam a ser cometidos crimes até ao momento em que foi feita a carta ao Banco de Portugal e aí ajudei a cumprir a obrigação, visto que, embora não tivesse assinado a carta, fui a pessoa que ajudou o Dr. Vakil a elaborá-la. Em relação às outras pessoas, não sei qual era o grau dos seus conhecimentos, pelo que não posso responder. Efectivamente,

não sei. Provavelmente, se soubesse, também não responderia, mas efectivamente não sei.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado Nuno Melo, ficou alguma coisa por responder?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Dr., eu tenho à minha frente a acta do dia 10 e, como todas as actas, tem em si mesma uma... Quer dizer, em boa verdade, é o contrário do que as actas poderiam ser, mas não é muito descritiva.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Neste caso, não é má, permita-me a observação. Não é nada má.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É bem feita, mas para o grau de rigor que aqui queremos apurar, não é muito descritiva.

Por isso, a pergunta que coloquei de saber da substância do Estado da Nação o que é que em concreto foi comunicado ao conselho superior. Porque, por exemplo, o Dr. António José Duarte assegura...

O Sr. Dr. Rui Machete: — Sr. Dr., se não conheço o documento como é que posso responder-lhe? Não sei, não tenho elemento de comparação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, esqueça o documento.

Nesse dia, foi ou não dado conhecimento da existência do Banco Insular ao conselho superior; foi ou não dado conhecimento ao conselho superior dos problemas que as contas de investimento traduziam, no âmbito do BNP; foi ou não transmitida no conselho superior a situação dos *offshore*, nomeadamente para mascararem situações de mora, empréstimos e accionistas ou prejuízos do grupo?

Portanto, estes três blocos de preocupações foram transmitidos ao conselho superior?

O Sr. Dr. Rui Machete: — Sr. Dr., posso responder-lhe que não houve referências, que me recorde, nominativas ao Banco Insular, houve referências, efectivamente, a práticas. A razão do meu desconforto é que nem a exposição nem as respostas a algumas perguntas foram suficientemente claras para identificar os problemas, como o Sr. Deputado agora os identificou.

Mas deu-me a sensação desconfortável de que as coisas não estavam a correr nada bem e que havia questões incorrectas por detrás. Só que nesse dia não foi possível averiguar muito em pormenor o que se passava e havia uma comissão que estava encarregada de fazer as averiguações e que também, mais tarde, não fez um relatório extremamente claro. A pessoa que falou com maior clareza e mesmo assim, digamos, com algumas limitações foi o Dr. Vakil.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Que comissão era essa, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Rui Machete: — Havia uma comissão que foi nomeada na reunião de 24 de Setembro de 2007, com membros do conselho superior (importantes accionistas) que fizeram um longo trabalho de averiguação de factos. Aliás, relatório que acabou por não ser discutido no conselho — não foi apresentado, portanto não tivemos conhecimento directo dele —, mas que levou a reforçar a ideia de que o Dr. Oliveira e Costa deveria ser afastado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, prometo que termino.

Sr. Dr., então, quer dizer que dessas preocupações não muito especificadas no conselho superior, na reunião do dia 10 de Abril, não houve posteriormente uma conversa ou a transmissão desse grau de conhecimento ou a preocupação de discutir o que quer fosse com a supervisão, com o Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não, Sr. Dr., houve uma carta ao Banco de Portugal e até houve uma reunião — suponho que foi antes disso, se a memória não me falha, aliás isso vem mencionado numa das actas — com o Sr. Dr. Pedro Duarte Neves, Vice-Governador do Banco, em que o problema, aquilo que se sabia, foi discutido.

Sr. Deputado, como há pouco referi, importa esclarecer, por um lado, que a maior parte das pessoas que faziam parte do conselho superior — algumas delas suponho que ainda fazem — não têm conhecimentos técnicos para poderem aperceber-se inteiramente de todos os aspectos que se passaram.

Por outro lado, há uma coisa que às vezes é difícil realizarmos: é completamente diferente a nossa análise hoje, *ex post*, em que tenho conhecimento de enormidades que nem sonhava que estavam a ocorrer, e o que na altura acontecia, porque só a partir de um determinado momento é que, para além daquilo que era uma gestão que me levantava dúvidas, passou a haver dúvidas sobre a legalidade da mesma.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. Rui Machete, boa tarde.

Li a carta que o Sr. Dr. teve a gentileza de enviar ao Presidente do meu grupo parlamentar e queria só dar um esclarecimento.

De facto, requeremos a vinda a esta Comissão de uma série de antigos ministros do PSD não porque tenhamos qualquer anátema especial relativamente ao PSD — embora todos tenhamos que reconhecer que a densidade de ministros/m<sup>2</sup> do PSD envolvidos no caso BPN, SLN, é superior à de qualquer outro partido, mas isso tem apenas esse significado e mais nada —, mas porque pretendemos ouvir quem foi ministro após a fundação e a criação do BPN, o que exclui claramente a sua pessoa, e também ministros das finanças (quando foi ministro não foi essa a sua pasta), pois consideramos que há as práticas que verificaram no BPN e na SLN, há as responsabilidades do Banco de Portugal, mas há também um conjunto de governos que durante muitos anos, em particular os respectivos ministros das finanças, também pouca atenção deram a este assunto, pelo que a razão que justificou a sua carta não se lhe aplica directamente.

Creio que não fomos os únicos que requeremos a audição do Sr. Dr., mas penso que todos os Deputados ou grupos parlamentares que a requereram o fizeram exactamente pela mesma razão que nós: porque o Sr. Dr. foi presidente do conselho consultivo, portanto nada tem a ver com o exercício de antigas funções governativas.

Gostaria, pois, de dar esse esclarecimento.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Agradeço-lhe, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Agora, gostaria de começar a colocar as perguntas.

A primeira pergunta é a seguinte: quais foram as razões que levaram a Fundação Luso-Americana a ser accionista do Grupo? Sei que isso hoje já não é assim, porque, entretanto, essas acções foram transaccionadas. Gostava também de saber se a Fundação Luso-Americana é accionista de outros bancos que operam no território nacional.

A segunda pergunta que gostava de dirigir-lhe é a seguinte: como é que se estabelecia a ligação, a relação, a articulação entre o presidente do conselho consultivo e o presidente do conselho de administração? Essa relação era estabelecida apenas com o Dr. José Oliveira e Costa. Como é que ao longo dos anos — enfim, admito que seguramente isto teve soluções diferentes — isso se verificava?

A terceira pergunta é sobre a abertura do capital à Carlyle, questão já aqui levantada.

Quando o Dr. José Oliveira e Costa falou nesta possibilidade ninguém se interrogou sobre quais eram, na altura, as razões que ele

apresentava? Porque na leitura das actas verifica-se que se fala muito, enfim, nas formas que essa abertura de capital poderia assumir, mas não se fala nas motivações que levaram o Dr. José Oliveira e Costa a apresentar essa proposta.

Ora, creio que não se chega junto dos principais accionistas, se lhes diga «tenho uma possibilidade de abrir 40% do nosso capital a um grupo estrangeiro» e que ninguém pergunte: «Senhor presidente, está bem, mas por que é que havemos de abrir o capital a um grupo estrangeiro? Isso pode ser muito interessante ou pode não ter interesse nenhum.». Portanto, gostaria de perceber se essas perguntas foram ou não feitas e quais foram as respostas dadas pelo Dr. José Oliveira e Costa.

Gostaria ainda de colocar-lhe outra pergunta.

O Sr. Dr., enquanto presidente do conselho consultivo, tinha ou não conhecimento da estrutura accionista e dos accionistas do Grupo SLN? Se sim, em que medida é que os conhecia? Nesse caso, nunca estranhou que dezenas e dezenas de accionistas do Grupo fossem empresas que nuns casos são reconhecidamente sociedades *offshore* e noutros casos não era muito difícil admitir que eram sociedades *offshore*. Posso citar-lhe os nomes, mas julgo que não vale a pena, até porque o Sr. Dr. pode dizer «mas eu não os conhecia».

A lista de accionistas da SLN (creio que todos sabem que cerca de 30% do capital era da SLN, Valor), à altura do aumento de capital mais recente, era de 339 accionistas. Há meia dúzia deles que têm baixas percentagens, apesar de tudo a esmagadora maioria tem pequenas percentagens. Mas quando se olha para esta estrutura accionista — estou a partir do princípio que a conhecia, porque admito que o presidente do conselho consultivo conheça a estrutura accionista da sociedade —

percebe-se que há qualquer coisa que não está bem não só pelo número, não só pela pulverização do capital, mas também pelo nome, pela identidade de algumas destas sociedades que integram o capital. Portanto, gostaria também que me fizesse o favor de responder a isso.

Continuando, pretendia colocar-lhe outra pergunta. Creio que o Sr. Dr. já falou sobre isso, mas admito não ter ouvido.

Numa das actas refere-se que numa reunião, em 10 de Abril de 2008, o Dr. Abdool Vakil convidou a o Sr. Dr. para o acompanhar a uma reunião, no dia seguinte, com o Banco de Portugal. Quero saber se aceitou o convite, se esteve nessa reunião e o que é que lá se passou. Admito que já há pouco tenha dito que não foi, mas a sua resposta escapou-me, por isso desculpe «voltar à carga» com esta pergunta.

Ainda no âmbito da abertura do capital ao Grupo Carlyle, pretendia também perguntar-lhe o seguinte: há duas referências a isso, uma feita pelo então presidente, Dr. José Oliveira e Costa, e uma outra, três ou quatro meses depois, se não estou em erro, em 11 de Março, feita pelo Sr. Joaquim Coimbra, dizendo ambos, para além do que aqui já foi referido, ou seja, que o próprio Primeiro-Ministro José Sócrates já teria sido informado dessa intenção (esta referência existe nas intervenções quer de José Oliveira e Costa quer de Joaquim Coimbra, uma em Dezembro de 2007, outra em Março de 2008), que teriam informado o Banco de Portugal dessa intenção.

Irei colocar a pergunta que lhe vou fazer ao Dr. Vítor Constâncio.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Acho melhor.

O Sr. João Semedo (BE): — Claro, mas não queria deixar de perguntar-lhe também a si.

Estamos no início de 2008, segundo todos os relatos da supervisão bancária já o Banco de Portugal andava com todas as meninges e mais algumas inflamadas contra o Grupo BPN, SLN. Não houve nenhuma reacção especial? Os membros do conselho superior não foram informados? Provavelmente não terão sido, mas é exactamente isso que quero perguntar-lhe. Quer dizer: acho estranhíssimo que estando o Banco de Portugal a investigar — já num grau muito avançado, segundo aqui tem sido dito — a situação neste grupo financeiro que, quando lhe apareceu um presidente de conselho de administração a dizer «vamos vender 40% deste Grupo a um grupo estrangeiro», ele tenha batido palmas.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Desculpe, ele tenha...

O Sr. João Semedo (BE): — Tenha aplaudido. Não vale a pena ler, pois o Sr. Dr. conhece isto melhor do que eu. Se ler as actas, qualquer pessoa que leia as actas...

Claro, podemos admitir que o Dr. José Oliveira e Costa e o Sr. Joaquim Coimbra tenham ajeitado a reacção do Dr. Vítor Constâncio — referem-se ao Governador do Banco de Portugal, não é a qualquer outro responsável do Banco de Portugal.

Podemos admitir que eles tenham apresentado a atitude do Dr. Vítor Constâncio de uma forma, enfim, bem embrulhada, mais simpática...

Bom! Mas não deixa de ser estranho que, no momento em que a supervisão já pensava o que pensava, e que já aqui foi várias vezes dito, sobre o BPN/SLN, a reacção à abertura de capital a um grupo estrangeiro

tenha sido cor-de-rosa. Isto parece-me estranho e, por isso, gostaria que o Sr. Doutor também nos dissesse se esta reflexão foi feita nestes termos ou em qualquer outros, no Conselho Superior a que o Sr. Doutor, na altura, presidia.

Depois, Sr. Dr., gostava também de lhe perguntar o seguinte:...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa mas agradeço-lhe que tente resumir o mais possível, porque já usou o tempo de que dispunha.

O Sr. João Semedo (BE): — Tentar, eu tento, Sr.<sup>a</sup> Presidente, mas posso não conseguir. De qualquer forma, penso que estou praticamente a chegar ao fim.

A primeira referência que há ao Banco Insular ou a um banco em Cabo Verde, e isto também já foi aqui falado, é numa reunião do Conselho Consultivo em 12 de Maio.

Se o Sr. Dr. e a Sr.<sup>a</sup> Presidente me permitirem, gostaria de ler aqui meia dúzia de linhas, muito rapidamente, até para todos os que eventualmente não tenham lido, sobre a acta dessa reunião de 12 de Maio: «O Sr. Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dr. Abdool Karim Vakil, dirigindo-se aos Srs. Conselheiros, manifestou a sua enorme preocupação numa resposta a ser dada por escrito a uma carta do Banco de Portugal e na qual terão de ser indicadas pelo Conselho de Administração da SLN as relações que o Grupo tem com uma entidade em Cabo Verde».

E mais à frente pode ler-se: «Mencionou ainda que, no passado, as cartas enviadas pelo Banco de Portugal eram ignoradas pelo Conselho de

Administração mas que, neste momento, existem cartas por responder e que, especificamente, em relação à carta sobre as relações com a entidade em Cabo Verde, referida anteriormente, só poderia responder se os Srs. Conselheiros estivessem de acordo com um *draft* de resposta que já tinha preparado para o efeito. De seguida, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Dr. Abdool Vakil, entregou o referido *draft* ao Sr. Presidente do Conselho Superior, Dr. Rui Machete, e solicitou a sua colaboração na elaboração da carta final».

Mais à frente, diz-se o seguinte:...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, se me dá licença...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, peço desculpa mas...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, quero apenas informá-lo de que o Sr. Deputado Honório Novo já colocou rigorosamente essa questão, tendo também lido a acta.

O Sr. João Semedo (BE): — Não fez, não, Sr.ª Presidente, porque eu estive atento.

Como estava a dizer, mais à frente, diz-se: «Após uma breve troca de impressões entre os Srs. Conselheiros (...)» — e tal, tal, tal — «(...) realçou ainda o facto de o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof. Duarte Neves, numa reunião havida recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade em causa a terceiros».

Ora, o que isto significa é que, em 12 de Maio de 2008, o Banco de Portugal não só conhecia o que era o Banco Insular como, melhor, sugeria

que o BPN o «despachasse», que era, aliás, o que o BPN desejava fazer, para ver se não ficava, enfim, com o «buraco», eu diria, ou o calote.

Mas pergunto-lhe, Sr. Dr.: nenhum membro do Conselho Superior perguntou o que era isto? O Sr. Dr. não teve qualquer curiosidade em saber o que era tão grave, segundo as palavras do Sr. Presidente Abdool Vakil? Gostava de saber se, perante estas afirmações concretas, ninguém, no Conselho Superior, perguntou o que era isto? É que, se ninguém perguntou, de duas uma: ou têm um grau tão baixo de curiosidade que é fantástico terem chegado a assumir as responsabilidades que assumiram naquele Banco ou, então, já sabiam. E isto tem de se esclarecer, porque é exactamente para isso que serve esta Comissão.

Portanto, gostaria que o Sr. Dr. me ajudasse a compreender exactamente esta questão.

Para terminar ou, melhor dizendo, para me aproximar do fim, gostaria também que o Sr. Dr. me esclarecesse três coisas.

Em primeiro lugar, nesta mesma acta, no dia 12 de Maio de 2008, o Dr. Vakil, a certa altura, dizia que não conseguia ter comando sobre o Grupo, devido a todas as interferências de toda a espécie existentes na organização. Gostava de saber se o Sr. Doutor pode detalhar ou se alguém detalhou, nesta reunião de 12 de Maio, que interferências eram essas e qual a sua natureza.

Gostaria ainda de lhe perguntar uma coisa que me deixou surpreendido, e quero dizer-lhe, com toda a franqueza, desagradavelmente surpreendido, porque entendo que há coisas que são excessivas, que são demasiado. A determinada altura, na acta de 15 de Outubro de 2008, há uma proposta da comissão executiva para atribuir um determinado pagamento a um conjunto de accionistas que terão tido

uma actividade especial e desenvolvido um conjunto de diligências e tarefas, as quais envolveram vultuosas despesas, designadamente em deslocações.

O Conselho Superior aprova essa proposta da comissão executiva da SLN para que esses accionistas fossem remunerados devidamente pelas despesas vultuosas que os sobrecarregaram no decurso das diligências e tarefas de um conjunto de actuações tendentes à reformulação do modo de governo do Grupo SLN, ou seja, aquele grupo de que o Sr. Dr. há pouco falou.

Quero perguntar-lhe se, no dia em que constituíram o grupo, decidiram que ele seria remunerado, porque me parece excessivo que, em 15 de Outubro de 2008, accionistas que vêem, com toda a nitidez, a situação a que as administrações, que, sucessivamente, elegeram conduziram aquele Grupo, tenham a distinta lata — digo isto com toda a convicção no que estou a dizer — de pedir uma remuneração!... Isto é normal? Quer dizer, hoje, todos temos de ter uma resposta para isso, porque quem está a pagar isso, como o Sr. Dr. sabe, até, seguramente, melhor do que eu, são todos os portugueses. Este buraco, esta calamidade tem, hoje, um custo público. Pergunto-lhe se, em Outubro de 2008, é natural que a comissão executiva e o Conselho Superior achem muito bem remunerar aqueles accionistas.

Para terminar, gostaria ainda de lhe perguntar se o Sr. Dr., hoje, ainda mantém a opinião que tinha, na altura, contrária à nacionalização. Passado este período de tempo, e já vão alguns meses, o Sr. Dr. ainda mantém essa opinião? Tenho muito interesse em sabê-lo.

Última das últimas, quero ainda perguntar-lhe o seguinte: estas actas são arquivo pessoal ou são um arquivo oficial? É que, como sabe,

esta Comissão pretendeu que a SLN lhe fornecesse as actas das reuniões do Conselho Superior e fomos informados pela SLN de que não localizavam as actas. Também me causou alguma estranheza, digamos assim, mas...

Se é um arquivo pessoal, digo-lhe já que é altamente meritório, parece-me óptimo e um bom método de trabalho, mas, de facto, é estranho que a Sociedade Lusa de Negócios informe a Comissão de Inquérito ao BPN de que não sabe do paradeiro das actas do Conselho Consultivo da Sociedade Lusa de Negócios.

Portanto,...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, agradeço-lhe mesmo que termine, porque uma coisa são questões e outra coisa são apreciações. É que já ultrapassou, quase em dobro, o tempo que lhe tinha sido atribuído.

O Sr. João Semedo (BE): — Acabei, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Quanto à primeira questão, a de saber se houve razões para o investimento da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento no Grupo BPN, houve, porque o Grupo BPN apresentava, na altura, resultados muito interessantes, tinha uma remuneração muito interessante. Aliás, se V. Ex.ª tiver a paciência de ver o histórico que inclui no *dossier* das contas da Fundação, que são publicadas anualmente nos

relatórios, verificará que houve, na operação, um resultado muito interessante, que adveio de duas coisas: de que os rendimentos distribuídos eram bons e de que nos retirámos atempadamente.

Quanto a saber se somos accionistas de outros bancos, somos praticamente de todos os bancos portugueses que estão cotados no mercado. Isto também consta do relatório e é verdade que é quase como um imperativo de uma fundação portuguesa.

Quanto à relação que tinha com outros membros do conselho de administração, não tinha relação nenhuma a não ser as relações de cortesia, de quando ia às reuniões, na sede do banco — o que acontecia três ou quatro vezes por ano —, cumprimentar as pessoas.

Relativamente às razões por que era interessante o investimento na Carlyle — devo dizer que, nessa altura, já a Fundação não era accionista da SLN —, as razões foram evidenciadas nas propostas que foram apresentadas e eram, claramente, as de que era necessário obter capitais. Isto foi dito *sans ambages*, ou seja, sem qualquer dúvida. E uma das maneiras de conseguir obter capitais era vender uma parte.

O que foi curioso, como já hoje tive oportunidade de dizer, foi que, no Conselho Superior, onde estava uma parte substancial dos accionistas do Banco, na realidade, a principal discussão foi menos — e isto, a mim, impressionou-me um pouco — a de saber da bondade da operação do que a da perda do controlo da SLN.

Quanto à estrutura accionista, não conhecia, efectivamente, a estrutura accionista, e ainda hoje não a conheço, só conhecia praticamente aqueles accionistas que estavam ali representados, e que representavam trinta e tal por cento, visto que, digamos, não tive qualquer participação na vida accionista do Banco nem participei em

nenhuma assembleia geral. Portanto, não conhecia a estrutura accionista nem conheço. Hoje, já não há mas havia, quando foi objecto de nacionalização.

Quanto ao Banco de Portugal, efectivamente, tive oportunidade de, com o Dr. Vakil, visitar o Vice-Presidente do Banco de Portugal, o Sr. Dr. Pedro Duarte Neves, nas alturas em que foram e que estão, de resto, referenciadas, suponho que por antecipação, numa das actas, e o que se discutiu foi, justamente, a situação grave do Banco...

Lembro-me de, numa dessas conversas, ter dito ao Sr. Vice-Governador que compreendia que o Banco Central estivesse preocupado, e com toda a razão, com os rácios de solvabilidade do BPN, mas ia entrar, uma nova equipa ou, na altura, era ainda numa primeira fase, o Dr. Vakil, tínhamos uma nova administração e o Banco Central tinha de fazer, simultaneamente, duas coisas: pressão para que as medidas de aumento de capital viessem a ocorrer, visto que é uma das maneiras de resolver o problema, e dar algum tempo para que esse aumento de capital pudesse realizar-se. E isto valeu tanto para a administração do Dr. Vakil como, depois, para a administração posterior, para a chamada «Operação Cabaz».

Quanto às referências, eu, pessoalmente, tive conhecimento de uma entidade de Cabo Verde a propósito já da reunião de 12 de Maio de 2008 e, na verdade, quanto às referências que são feitas na acta, e que são feitas através do Dr. Vakil, penso que aquilo que, na altura, ainda se pensava, quer o Banco Central, quer algumas pessoas, designadamente eu, era que o Banco Insular não era a fonte de ilegalidades que, posteriormente, veio a revelar-se e, portanto, a opinião do Vice-

Governador não era assim tão absurda como, à primeira vista, poderia parecer.

No que respeita às interferências de toda a espécie, penso que o Dr. Vakil, que eu conhecia mal, e ainda hoje não conheço muito bem, mas pareceu-me ser um homem que procurou, numa altura difícil, fazer o que lhe foi possível, não foi bem aceite por algumas das estruturas do Banco, tanto quanto se queixava, e, portanto, sentia que não tinha autoridade. Em todo o caso, as suas referências eram referências de carácter genérico e, portanto, não sou capaz de as individualizar.

Quanto ao problema que V. Ex.<sup>a</sup> coloca acerca do pagamento do grupo, isso não foi combinado, pelo menos na reunião que presidi e em que foi instituído o grupo.

A justificação para esse pagamento foi a de que eles tinham realizado despesas e que a sua qualidade de accionistas não implicava necessariamente com as diligências que tinham realizado. A consciência não me pesa muito porque não votei nessa decisão, já não era accionista mesmo como Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e, portanto, nesse capítulo não me sentia com grande legitimidade. Eles acharam que sim e votaram. Devo dizer que essa votação é um mero conselho, visto que o conselho consultivo não produzia deliberações vinculativas.

Depois, V. Ex.<sup>a</sup> pergunta se este é um arquivo pessoal ou oficial. É um arquivo que conservo mas, em rigor, é da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, visto que eu estava lá nessa qualidade.

Em todo o caso, entendi que, na circunstância de me ser pedido para depor perante uma comissão de inquérito da Assembleia da República — comissões de inquérito cuja regulamentação tive

oportunidade de desenvolver quando aqui estive —, se justificaria que o fizesse, e não estou arrependido do facto. E penso que VV. Ex.<sup>as</sup>, provavelmente, também não.

Quanto a saber se concordo com a nacionalização, penso que vim aqui depor sobre factos e não sobre juízos de valor que eventualmente tenha sobre operações passadas. Não respondo à pergunta. V. Ex.<sup>a</sup> daí pode inferir qual é a minha posição actual.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigado, Sr. Dr. Rui Machete.

Mais uma vez, agradeço a prontidão e a disponibilidade com que proporcionou a esta Comissão o conhecimento das actas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr. Rui Machete, antes de mais, os meus agradecimentos não só pelo seu testemunho mas também pela documentação que fez questão de trazer a esta Comissão e que, infelizmente, não tivemos ainda oportunidade de analisar com o detalhe que merece (e esta parte da análise já está feita). Merece, de facto, uma análise detalhada mas, infelizmente, ainda não foi possível fazê-la.

Desde logo, há alguns elementos relevantes que eu gostaria de poder complementar com algumas questões que pretendo dirigir-lhe.

Antes disso, quero fazer-lhe uma pergunta. Sr. Dr., pedindo que não me leve a mal. Se tem acompanhado os trabalhos desta Comissão perceberá melhor a pergunta e não me levará claramente a mal, se não os tem acompanhado tanto, o meu pedido expresso para não me levar a mal.

Sr. Dr., alguma vez teve recebimentos em numerário, nomeadamente no que respeita a senhas de presença no conselho de superior, ou através de um qualquer tipo de depósito em conta sua ou em qualquer outro instrumento financeiro relevante ou não relevante? Esta é uma primeira pergunta que gostaria de fazer-lhe, com os apontamentos e as salvaguardas que referi.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Sr. Deputado, todos os membros do conselho superior eram remunerados com senhas de presença pagas; agora, não posso precisar se eram pagas em numerário ou em cheque.

Penso que houve uma altura em que o banco abriu umas contas e, depois, passou a pagar em cheque, visto que algumas pessoas, como era o meu caso, não queriam ter contas no banco. Não sei dizer-lhe ao certo, mas a remuneração devia ser à volta de 1250 €/reunião. Todos, que saiba — excepto os administradores, evidentemente —, recebiam senhas de presença.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Esse montante por reunião era pago em dinheiro...

O Sr. Dr. Rui Machete: — Em dinheiro.

O Sr. Afonso Candal (PS): — ... ou em transferência.

Sr. Dr., uma outra questão que quero colocar-lhe é por referência também às actas que fez o favor de nos trazer.

A páginas tantas há uma quantificação do valor das acções ou do valor potencial de acções para futura venda, concretamente na reunião de

17 de Dezembro de 2007, em que, se bem pude perceber, o presidente do conselho de administração de então, o Dr. Oliveira e Costa, faz referência a que o valor das acções da SLN andaria à volta dos três euros. Inclusivamente, na página seguinte diz que não dá para ir mais além desta mera estimativa, fruto das avaliações das empresas que não existiam, mas que era o valor que o próprio já teria utilizado em momentos anteriores, ou seja, os três euros.

Permita-me a curiosidade, que não passa disso: por que é que a Fundação por V. Ex.<sup>a</sup> representada acabou por vender — não nessa altura, não em Dezembro, mas, sim, em Abril de 2007 — as acções por 2,20 euros, se, no fundo, da parte do presidente do conselho de administração da SLN se entendia que elas valiam muito mais? E vendeu a quem? Se puder responder já, agradeço.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Não estamos num método de pergunta/resposta, Sr. Deputado.

Têm-se feito as perguntas todas de uma vez.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Peço desculpa, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Era só por uma questão de compartimentar as questões, mas por mim é indiferente.

Sr. Dr., acho que também foi muito útil esta documentação, porque o Sr. Deputado Honório Novo, com a sua perspicácia de sempre e a atenção com que analisa toda a documentação, conseguiu encontrar a constituição da tal comissão no âmbito do conselho superior. Trata-se de uma matéria que já foi falada nesta Comissão mas que ninguém conhecia, pelo que só lhe pergunto se, de facto, era uma coisa pública.

O Sr. Dr. Rui Machete: — O quê, Sr. Deputado?

O Sr. Afonso Candal (PS): — Esta comissão, que julgo chamar-se comissão de avaliação e nomeações, composta por quatro accionistas. Da acta que nos distribuiu constam, inclusivamente, os nomes desses quatro accionistas.

Na última acta, de 24 de Setembro de 2007, diz-se o seguinte: «Aprovar a criação de uma comissão dentro do conselho superior cujo objectivo é dar contributos para avaliações e nomeações de administradores, da qual fazem parte os seguintes elementos: o Sr. Joaquim Coimbra, o Sr. Fernando Cordeiro, o Sr. Adelino Silva». Depois, tanto quanto julgo saber, o Sr. Almiro Silva também fazia parte desta comissão.

Portanto, quero saber se isto era público e, nomeadamente, se era conhecido o nome da dita comissão como sendo a comissão de avaliação e nomeações ou se era algo que não era propriamente do conhecimento, desde logo, dos membros do conselho superior.

Gostaria também de saber se esta comissão se reportava ou não ao conselho superior, independentemente da formalidade com que o pudesse fazer, por exemplo, submetendo a votação do conselho superior qualquer tipo de actas ou de decisões, ou se havia um ponto de situação em termos orais ou por qualquer outra forma. E também — este é o prejuízo de as perguntas serem feitas em sequência — se o Sr. Dr. tem conhecimento de uma reunião desta comissão no dia 12 de Fevereiro de 2008, que penso não ser a sua primeira reunião, na qual foi feita uma

análise da situação real do grupo e onde foram avaliadas as situações de imóveis que não se encontravam consolidados no grupo.

Quero saber, primeiro, se havia mandato expresso para esta comissão tratar o assunto; segundo, se aquilo que foi tratado por esta comissão foi reportado ao conselho superior, naquilo que respeita à OPI 92 (na sua fundação, sociedade detida a 100% pelo Sr. Fantasia mas que, na realidade, é 100% da SLN), à Coutadinha, à Rio Frio I, à Rio Frio II, à Barroca D'Alva, à sociedade Domurbanis, à Finalgarve, à Belas, aos Edifícios Casa da Música, à Herdade da Miséria, etc. E não sei se outros, se não.

Portanto, gostaria de saber se o Sr. Dr. pode isto confirmar porque, inclusivamente, ao que parece, foi nesta reunião do dia 12 que os administradores presentes e o Sr. Almiro decidiram, por unanimidade também do grupo, dos colaboradores e dos accionistas, que o presidente deveria afastar-se de todos os cargos administrativos que exercia no grupo. Foi no dia 12 de Fevereiro de 2008. Isso, depois, veio a acontecer junto do conselho superior no dia 15 de Fevereiro — se não falhei nas datas da acta que fez o favor de trazer-nos.

Portanto, primeiro, gostaria de saber se confirma ou não, do ponto de vista da veracidade, as informações que acabei de transmitir.

Quero saber ainda se tem conhecimento, ou não, da reunião desta mesma comissão do dia 26 de Fevereiro, em que o ponto único é o esclarecimento sobre a titularidade da OPI 92.

Desde logo, na reunião do dia 12, o então Sr. Presidente Oliveira e Costa e o Sr. Eng.º Francisco Sanches estiveram presentes também; na reunião de 26 de Fevereiro estiveram presentes o Sr. Dr. Oliveira e Costa e

o Sr. Fernando Fantasia, como apurámos, até porque também esteve presente nesta Comissão.

Gostaria de saber se pode, de alguma forma, validar estas informações, porque há informações claramente contraditórias face a alguns relatos, a algumas informações e a alguns testemunhos.

Supostamente, nessa mesma reunião, questionado o Sr. Fantasia sobre a quem pertencia a OPI 92, o mesmo esclareceu que, embora a empresa fosse oficialmente detida em 80% por ele próprio e em 20% pela Wisteria Properties, na realidade, a OPI 92 pertencia 100% à SLN, conforme procurações e declarações anexas. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se tem conhecimento disto e das ditas procurações e declarações anexas que, de alguma forma, validavam esta lógica de pertença plena da OPI 92 à SLN.

Informou que havia despesas. Depois, havia uma situação que devia ter sido paga na altura mas que o Sr. Fernando Fantasia fez questão de nos referir que não foi paga na altura, portanto, em Fevereiro de 2008, mas, sim, em Fevereiro de 2009, altura em que ficou regularizada esta situação.

Mas há uma outra contradição: diz-se, neste relato, que o Sr. Fantasia declarou que esta operação de venda se destinava tão-somente a proceder ao aumento de capital da OPI, SGPS, tendo ele retirado todos os imóveis que a OPI 92 detinha e que lhe pertenciam antes do acordo. E, portanto, a OPI 92, a OPI, SGPS, no fundo, de facto, era de titularidade exclusiva da SLN, porque aquilo que, porventura, fosse património anterior da OPI 92 e do Sr. Fantasia, de acordo com o que se terá passado e as informações prestadas nesta reunião do dia 26 de Fevereiro nesta tal comissão de avaliação e nomeações, já lá não estava. E, portanto, o resto torna-se bastante coerente à luz desta informação.

Não sei se, porventura, o Sr. Dr. está ou não em condições de dizer-nos qual o *report* que era feito destas diligências e, de alguma forma, qual era a sua ideia, como presidente do conselho superior, da relação entre a SLN e algumas destas entidades, a OPI 92, a Pluripar ou qualquer uma das outras, os tais imóveis fora do balanço.

Quero ainda perguntar se V. Ex.<sup>a</sup> tem ou não conhecimento de qualquer tipo de compromisso em termos de manutenção e de amovibilidade do Sr. Presidente do conselho de administração, Dr. Oliveira e Costa à frente dos destinos da Sociedade Lusa de Negócios; se tem conhecimento de algum compromisso dessa natureza, com que duração e até que período; e, já agora, a haver esse compromisso, quem foram as partes. Se, porventura, puder informar-nos, agradeço.

Nestas actas é também feita referência às negociações com o Grupo Carlyle, sendo que há aqui algumas *nuances* que eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me pudesse precisar, para que não fique a ideia de que, de facto, às vezes há umas transcrições que não são totalmente precisas — mas, enfim, também não têm de ser —, aproveitando também o seu conhecimento sobre a matéria, não sei se mais aprofundado ou não, mas, certamente, perceberá a questão.

Diz-se, na página 2 da acta de 17 de Dezembro de 2007, desde logo, que o presidente do conselho de administração comunicou aos seus conselheiros as diligências efectuadas junto de uma entidade internacional — Grupo Carlyle —, que manifestou interesse em tomar uma posição no Grupo SLN, através de um dos seus fundos especializados, e que estas diligências foram efectuadas no âmbito de uma consulta prévia perante alguns Srs. Conselheiros accionistas com uma declaração favorável.

A minha primeira pergunta é se se sabe, desde logo se V. Ex.<sup>a</sup> sabe, quem foram estes conselheiros accionistas que participaram numa consulta prévia, antes — presumo eu, pela leitura que faço — de esta informação ter sido transmitida ao próprio conselho superior.

A segunda pergunta relaciona-se com esta e é a seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> pode dizer-nos desde quando é que havia estas diligências junto da dita entidade internacional — Grupo Carlyle? É que, em Dezembro, a questão é exposta ou é partilhada com o conselho superior, mas também é indiciado que ela já vinha de momentos anteriores.

No mesmo parágrafo é igualmente dito o seguinte: «Realçou ainda o facto de este grupo internacional já ter investido cerca de 100 000 milhões de dólares em diversos tipos de projectos». Enfim, pergunto-lhe também, na sua opinião ou pela sua informação, qual é que é a relevância e o conteúdo desta afirmação. Ou seja: estamos a falar de investimentos de cerca de 100 000 milhões de dólares em diversos tipos de projectos. Do Grupo SLN? Fora do Grupo SLN? Em Portugal? Que pudessem ter qualquer tipo de relação com a SLN? Ou, enfim, é uma afirmação em abstracto de que é um grupo internacional que faz bastantes investimentos, seja lá onde for e a propósito do quê, com quem e com que fim?

Gostava de saber se, de alguma forma, há aqui alguma ligação, nomeadamente a investimentos feitos que, directa ou indirectamente, tenham a ver com Portugal, nomeadamente na aquisição do Freeport, que ocorreu neste mesmo ano, tanto quanto julgo saber, se há alguma correspondência entre essa aquisição e essa participação.

Porque também nos foi dito que, de alguma forma, a SLN, a Pluripart ou a OPI 92 foi comprando uma séria de terrenos até encostar ao Freeport, que, enfim, não comprou, mas que teria sido já comprado pela

Carlyle, gostava de saber se há aqui alguma convergência de datas ou não que, de alguma forma, joguem com a data da saída da fundação da posição de accionista da SLN. Neste caso, tanto quanto julgo saber, estamos a falar de Abril de 2007. Porquê esta opção estratégica da fundação de sair do capital, não sei se integralmente se não... Foi integral. Agradecia também esclarecimentos relativamente a esta matéria.

Sobre a questão do tipo de participação, a carta do Grupo Carlyle que nos trouxe hoje, enviada à atenção do Sr. Joaquim Coimbra, também faz referência — e aqui a precisão que lhe pedi há pouco... Ou seja: houve uma visita a pedido de um potencial investidor do BPN, que participa também em certo fundo da Carlyle. Para tentar perceber: participava num fundo da Carlyle? Era uma entidade do Grupo Carlyle? Ou era alguém com quem a Carlyle tinha alguma relação, não de «domínio», mas apenas de parceria? Ou seja: no fundo, quem é esta entidade que o próprio Grupo Carlyle diz que é uma entidade que participa em certo fundo da própria Carlyle?

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, agradeço que termine,...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Ó Sr.ª Presidente, eu tento, mas confesso-lhe...

A Sr.ª Presidente: — ... porque, logo no princípio, o Sr. Dr. Rui Machete disse que tinha uma viagem para fazer e que estava com problemas de tempo.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas eu posso fazer as perguntas de memória. Eu queria citar os apontamentos da acta, porque, há uma determinada altura, numa reunião, que eu penso que já estou a encontrar...

A propósito da questão da Carlyle — e já estamos a falar de Maio de 2008 —, a acta diz, na página seis, o seguinte: «Tomou a palavra o Sr. Presidente do conselho superior no sentido de saber se os Srs. Conselheiros estavam a negociar com uma ou com duas entidades (...)». Eu pergunto-lhe qual era o fundamento da sua dúvida, independentemente do esclarecimento que foi dado, na altura: «(...) tendo o Sr. Joaquim Coimbra esclarecido o conselho de todos os passos dados pela comissão e que as negociações eram apenas com a Carlyle». Eu pergunto uma vez mais: Carlyle ou alguém que era parceiro da Carlyle? Se nos pude esclarecer, agradeço.

As referências na acta ao Banco Insular, julgo eu... Ou seja: a minha pergunta expressamente é esta: será que onde se lê «entidade de Cabo Verde», ou «essa entidade» pode e deve ler-se «Banco Insular»? Porque eu acho que não há nestas actas, pelo menos que eu tenha visto, qualquer referência ao Banco Insular; há, sim, referências a uma entidade em Cabo Verde e a essa entidade...

Primeiro ponto: era ao Banco Insular que se referiam quando aquilo que está escrito na acta é a entidade de Cabo Verde ou não? Porque é que não há expressamente o registo do nome do Banco Insular? Pergunto-lhe se, enfim, é por uma questão de cautela e de não identificação da dita entidade e se isso também se passava nas reuniões, ou seja, se se falava do Banco Insular ou se se falava de uma entidade em Cabo Verde, no

fundo, sem ninguém dizer e nome do banco, se é que era do banco que na altura se falava?

Uma última questão: há a informação — eu espero encontrar isso rapidamente — de uma auditoria, que é o ponto quatro da reunião já do tempo do Dr. Miguel Cadilhe, de 4 de Julho de 2008, que diz «Âmbito e objecto da auditoria externa extraordinária e independente».

Sr. Dr., fala-se aqui de auditoria externa extraordinária e independente e, depois, na acta seguinte dá-se conta, ainda que resumidamente, das auditorias externas independentes, concretamente da auditoria da Mazars ao Banco Insular e da auditoria da Deloitte ao universo SLN.

Ora, pergunto-lhe se, na altura em que foi apresentada a decisão do conselho de administração de promover uma auditoria externa à SLN, ficou claro para V. Ex.<sup>a</sup> e para o conselho superior que não era uma mas, sim duas e quais eram as razões invocadas para serem duas auditorias e não apenas uma só.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Para responder, tem a palavra, Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Rui Machete: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Em relação ao problema da alienação das acções, o histórico da venda depois do único investimento, porque se tratou de um investimento global único inicial, consta de um documento, que tive oportunidade de enviar a VV. Ex.<sup>as</sup>, onde há, pelo menos, duas ou três vendas, a última das quais em 2007. E a razão é muito simples, como tive já oportunidade de dizer, nós não estávamos satisfeitos com o modelo de

gestão do banco, tínhamos sérias dúvidas quanto a isso, e quisemos fazê-lo de uma maneira discreta e sempre com a cooperação do Dr. Oliveira Costa, que nunca se recusou a isso, embora se lamentasse. Nunca lhe disse frontalmente que este era o facto, não sei se ele percebeu ou não, mas a verdade é que a razão por que eu participei no conselho superior foi, justamente, porque interessava-nos seguir um pouco como é que as coisas se processavam, e o juízo que fizemos foi negativo.

Quanto ao problema de a quantia ser esta, significava apenas que nós estávamos — e o negócio não foi mau, visto que tivemos uma mais-valia significativa — mais dentro da razão do que a avaliação que o Dr. Oliveira Costa apresentou, que, pelos vistos, não era fundamentada e que, aliás, não me suscitou alguma reacção especial. Porque entendi que era mais uma questão de estratégia que era apresentada do que outra coisa, não me senti perdedor por essa circunstância. Os factos, aliás, vieram evidenciar que era assim.

Em relação à comissão de quatro membros que foi nomeada, foi uma comissão de pessoas que se ofereceram para fazer essa averiguação e que o conselho achou bem. Nunca foi muito claro, aliás, se era uma comissão... Do ponto de vista jurídico nunca foi absolutamente claro se era uma comissão do conselho ou se era uma comissão de accionistas, o que não interessava muito, mas eles não reportaram, efectivamente, à comissão e nunca tiveram uma designação oficial. Só quando houve comunicados é que as deliberações e as actas do conselho foram públicas e, portanto, eu presumo que não era do conhecimento público que essa comissão existia, embora, como eles devem ter contactado com muitas pessoas, a folhas tantas passaram...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Do conselho?!

O Sr. Dr. Rui Machete: — Do conselho! Foi uma deliberação do conselho, como vem na acta e, portanto, quanto ao conselho essa foi efectivamente pública.

No que diz respeito às questões que mencionou dos imóveis que pertenceriam ou não a várias entidades, com várias referências quanto à localização, nunca foram feitas referências individualizadas. Eu, por exemplo, só descobri que havia um Sr. Fantasia uma vez que liguei a televisão e tive oportunidade de ouvir uma parte de uma reunião desta Comissão de Inquérito.

Agora, foi dito genericamente que, efectivamente, havia um problema que preocupava as pessoas. A comissão achava que havia coisas que não estavam correctas, visto que, quando os negócios imobiliários eram bons, 20% era do banco e 80% era de outras entidades, e, quando os negócios eram maus, 80% eram do banco e 20 eram do *straw man*, do homem palha. E, portanto, digamos, que havia um princípio de questão que penso que a comissão avaliou e averiguou até ao fim, não houve, que eu saiba, qualquer relatório da comissão, não assisti, nem tive conhecimento dessas reuniões, a não ser no sentido de que a impressão global que a comissão tinha era de que havia coisas graves que tinham de ser averiguadas e que justificavam o afastamento do Dr. Oliveira Costa.

Aliás, tive até conhecimento de que havia uma espécie de pacto social que eles tinham feito face a essas informações e que permitia que eles agissem com a confiança de que todos votariam no mesmo sentido.

Eu já não era accionista, a minha preocupação inicial foi... Eu achava que aquela situação de gestão do *one man show*, como tive oportunidade

de referir no início desta reunião, era inadmissível. Mas, depois, comecei a compreender que as coisas eram mais graves do que isso, e que, portanto, o afastamento se impunha e, por isso, não foi com surpresa que assisti ao mesmo.

Portanto, não tenho conhecimento das individualidades proprietárias ou que tiveram um papel nessas aquisições ou nesses negócios imobiliários.

Sei que alguns deles se registaram na margem sul, porque foi referido genericamente numa reunião que assim foi, mas não foi individualizado e isso também não foi pedido, até porque a comissão não se revelou predisposta a revelar esse nomes e também não me pareceu que tivessem obrigação de o fazer, dado o carácter relativamente pouco claro e, no fundo, o que interessava era encontrar uma solução de gestão claramente melhor, pois ainda estávamos longe da ideia que hoje se tem de que as coisas são um bocado de polícia e de tribunal, como parece indubitável.

Quanto ao compromisso de inamovibilidade, não conheço.

No que diz respeito à Carlyle, as minhas dúvidas foram porque as informações vieram de fontes diferentes dentro da SLN — vieram penso que do Dr. Oliveira e Costa, penso que do Sr. Joaquim Coimbra, penso que de outras pessoas — e, a folhas tantas, era legítimo ter dúvidas sobre se estávamos perante uma mesma entidade ou várias entidades.

Os 100 milhões de dólares, obviamente, não se verificavam em relação ao Grupo SLN.

Devo dizer até que a mim me pareceu necessário — e insisti muito nisso — que as pessoas tivessem uma proposta formal, que se percebesse, que houvesse uma reunião, porque tudo se passava de uma maneira um

bocadinho, parecia-me, não direi fantasmagórica mas, apesar de tudo, para uma coisa dessa importância, de uma forma um pouco excessivamente leve.

No que respeita ao problema da referência a essa entidade, numa das actas — não sei se em mais do que uma — isso ficou-se a dever, digamos, ao facto de que a descoberta foi lenta, foi ao longo do tempo e, portanto, num primeiro momento, não havia exactamente a certeza de que entidade se tratava, qual era a configuração, como é que as coisas se passavam, porque se sabia que o Banco Insular existia, de resto, suponho que isso é... O que não se sabia era que havia dois Bancos Insulares, digamos assim: um Banco Insular «legal» e um Banco Insular «ilegal» — eu não sabia e outros não sabiam, haveria, evidentemente, pessoas que sabiam desde o princípio visto que usaram nos termos que, a pouco e pouco, se tem vindo a descobrir como é que as coisas se fizeram.

Quanto à última questão que V. Ex.<sup>a</sup> me colocou, a propósito da acta de 4 de Julho de 2008, perdi-me...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado Afonso Candal, pode precisar a sua questão acerca da acta de 4 de Julho?...

O Sr. Afonso Candal (PS): — A questão tem a ver com as duas auditorias.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não, não ficámos com conhecimento de que houvesse duas auditorias, porque na altura só foi proposta uma, só depois é que se veio a verificar que eram duas, ao BPN ou À SLN, não sei bem, e a outra ao Banco Insular. Portanto, na altura não tomámos

conhecimento disso, porque só foi apresentada a proposta de uma auditoria — aliás, o Conselho Consultivo não tinha de pronunciar-se, era apenas para, digamos, ter o conforto dos trinta e tal por cento de accionistas que constituíam o núcleo duro do BPN.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr. Rui Machete.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Estava aqui, justamente, a verificar as perguntas que tínhamos para fazer e aquelas que já foram respondidas para poupar tempo ao Dr. Rui Machete, que aproveito para cumprimentar.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Muito obrigado.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas, de facto, das perguntas todas que já foram feitas e das respostas que foram dadas há uma das questões que, julgo, não foi nem colocada nem respondida, mas que não deixa de ter importância na avaliação do desfecho que levou no BPN e que tem a ver com a entrada e a saída do Dr. Abdool Vakil para Presidente do Conselho de Administração.

Ou seja, a determinada altura, o que relatam as actas — confesso que ainda não consegui ver em grande pormenor as actas todas, embora sejam documentos valiosos que o Sr. Dr. fez chegar à Comissão — é que após a saída do Dr. Oliveira e Costa o Dr. Abdool Vakil foi quem assumiu a presidência do Grupo e que — essa tem sido uma questão que tem sido várias vezes ventilada nesta Comissão — ele o fez numa primeira fase com

a ideia de que iria presidir ao Conselho de Administração durante o tempo normal do mandato e que só quando pediu uma auditoria externa ao Grupo é que ficou consciente de que o seu mandato era transitório e não era um mandato normal, tal qual ele estaria inicialmente convencido.

Como o Sr. Dr., na qualidade de Presidente do Conselho Superior, teve um papel importante, que, de resto, é reconhecido nas actas, nessa transição, o Sr. Dr. pode dar aqui o seu testemunho sobre se no momento em que o Dr. Abdool Vakil assume essas funções a ideia do Conselho Superior ou a ideia que ficou no Conselho Superior era a de que era para cumprir o mandato ou era por um período muito transitório, como foi aquele que se veio a verificar?

A segunda questão que eu ainda tenho aqui para lhe colocar tem a ver com o seguinte: o Sr. Dr. já teve aqui oportunidade de dizer à Comissão que a natureza essencialmente consultiva do Conselho Superior fazia com que as reuniões a que presidia, três ou quatro durante um ano tivessem informação que, no fundo, era disponibilizada pelo Dr. Oliveira e Costa. E percebe-se, pela leitura ainda que apressada das actas, que, no período mais recuado, havia um tipo de informação ao Conselho Superior e que a informação era, aparentemente, lendo as actas um bocadinho na diagonal, porque só ontem foram entregues, muito mais substantiva e muito mais completa nas duas últimas administrações em que o Sr. Dr. presidia ao Conselho Superior do Grupo.

Mas a questão que eu queria colocar-lhe era a seguinte: como Presidente do Conselho Consultivo, uma das últimas reuniões em que o Dr. Oliveira e Costa dá informação do 1.º semestre do ano de 2007, se não estou em erro, ao Conselho Superior, algures em Outubro de 2007, já fica claro que há uma situação complicada em algumas empresas do Grupo do

ponto de vista financeiro. Aquilo que lhe queria perguntar era se nessa altura essa situação de grande dificuldade em algumas empresas do Grupo foi novidade para o Conselho Superior ou se o Sr. Dr. enquanto Presidente do conselho Superior, no fundo, consubstanciou os receios que porventura tivesse do agravamento da situação financeira do Grupo, porque, pela leitura que fiz da acta, que julgo ser de Outubro, mas não quero agora jurar, mas que é relativa às contas do 1.º semestre do ano respectivo...

O Sr. Dr. Rui Machete: — É de 24 de Setembro de 2007.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Pois, é de 2007.

Dizia eu que me parece que nessa altura, digamos, é que se acenderam as luzes amarelas no Grupo e esse sinal de grande preocupação do ponto de vista formal, uma vez que estavam numa reunião do Conselho Superior, foi transmitido ainda pelo Dr. Oliveira e Costa aos principais accionistas que integravam o Conselho Superior do Grupo.

E eram estas as questões que tinha para colocar.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, em relação à nomeação do Dr. Abdool Vakil, ele desde o princípio que foi pensado pelas entidades que o convidaram que não fui eu. Isso passou-se, foi conversado à margem, digamos, do Conselho Superior. Foram os

accionistas que discutiram entre si — uma ou outra vez, perguntaram a minha opinião sobre as personalidades —, mas a ideia era a de que o Dr. Vakil fosse uma entidade transitória. Só que isso não foi consubstanciado em termos formais, por um lado, e não sei se foi transmitido ao principal interessado e destinatário, Dr. Vakil, em termos inequívocos, visto que ele teve alguma surpresa, que me comunicou a mim. Como disse, achei que era fundamental encontrar-se uma solução para não haver um vazio e procurei apoiá-lo nas suas actividades, naquilo que... E ele procurou apoiar-se em mim, digamos assim.

E eu tive oportunidade de lhe dizer que me parecia que a situação era insustentável, que ele não poderia dirigir um Grupo na situação tão instável em que se encontrava. E a sensação com que fiquei foi a de que ele percebia intelectualmente mas que se recusava um pouco a acreditar que assim fosse na verdade das coisas.

Seja como for, para responder à sua questão, desde o princípio que esse carácter de transitoriedade foi falado e me foi falado pelas pessoas que o convidaram.

Depois devo acrescentar que o Dr. Vakil não foi, porventura porque havia vários pretendentes internos ao lugar, ou que se queriam posicionar de outra maneira, não me pareceu que tivesse sido bem recebido internamente e, portanto, não dispunha de uma grande autoridade, daí a referência às «interferências» que ele diz terem existido, que mencionou em termos genéricos, como há pouco falámos.

Portanto, não deveria ser uma surpresa para ele o carácter transitório. Mas não sei se... Às folhas tantas, nós às vezes não gostamos de acreditar em coisas desagradáveis, e não sei se não acabou por ser...

Mas a resposta correcta e verdadeira na minha perspectiva é a de que desde o princípio ele foi pensado como uma entidade transitória, porventura mal, mas foi assim.

Quanto à questão da acta que refere, efectivamente as dificuldades com o Dr. Oliveira e Costa tiveram... Havia pessoas que achavam — como era o meu caso e penso que era praticamente isolado, eventualmente tinha a audição de mais uma ou duas pessoas... — que aquele esquema em que ele sabia tudo, era a pessoa que dirigia tudo e era a pessoa, necessariamente mais competente não podia ser, não era realista, porque se passavam as coisas um pouco mais surrealistas, visto que, como disse há pouco, ele era uma entidade que sabia de coisas financeiras — e eu acho que sabia —, de questões de seguros — porventura, saberia menos —, mas depois eram problemas de urbanismo, eram problemas de vinhos, eram problemas de cimentos... Bom, era difícil que alguém, mesmo muito inteligente — e ele é uma pessoa inteligente — tivesse a capacidade para dominar todas essas matérias. Isso a mim causava-me engulhos — aliás, tive oportunidade de lhe dizer uma ou duas vezes, nos contactos que tive. Ele achava que realmente era preciso descentralizar, mas, infelizmente, nunca descentralizou.

A outra questão a que os conselheiros foram mais sensíveis foi quando os resultados começaram a não ser tão bons. Portanto, a primeira reunião formal... Os números, de resto, não direi que tenham sido escamoteados, não é o caso, mas não foram digamos, sublinhados, porventura como outras pessoas o teriam feito. Mas a partir de um determinado momento tornou-se evidente que as elevadas percentagens de rendibilidade que se tinham obtido no passado e que levaram, de resto, várias entidades a interessar-se, inclusive, levou a Fundação Luso-

Americana a investir, já não podiam e já não estavam a verificar-se. E isso em parte era resultado da gestão. Houve problemas com vários subgrupos que o Dr. Oliveira e Costa apresentou e daí o ser discutido também o novo modelo de *governance* e as pessoas começarem a interrogar-se sobre se não estariam a confiar excessivamente numa gestão que afinal de contas não dava sempre os resultados a que estavam habituados.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Os Srs. Deputados Honório Novo e João Semedo pedem-me para usar da palavra, mas lembro que desde princípio se colocou a questão do tempo limitado do Sr. Dr. Rui Machete, que, de qualquer modo, estaria disponível para responder por escrito a posteriores questões que os Srs. Deputados entendessem. Portanto, ou o que os Srs. Deputados pretendem é uma coisa brevíssima e nessa circunstância o Sr. Dr. com certeza preferia responder já, ou se não é recordo-os de que já ultrapassámos em muito o tempo destinado a esta reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, proponho que o Dr. Rui Machete se pronuncie sobre essa questão do tempo disponível.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Sr. Deputado, aquilo que disse a Sr.<sup>a</sup> Presidente é verdade, mas se V. Ex.<sup>a</sup> não pode passar sem uma pergunta — e eu devo responder —, evidentemente, tentarei cumprir.

É porque o meu espírito — suponho que já o tenho evidenciado — é o de cooperação com a Comissão e não o de criar dificuldades. Portanto, faça favor V. Ex.<sup>a</sup> — se a Sr.<sup>a</sup> Presidente o permitir — de fazer a pergunta.

A Sr.ª Presidente: — Com certeza, Sr. Dr.!

O Sr. Dr. Rui Machete: — Se tiver dó de mim, que vou ainda fazer umas centenas de quilómetros, eu agradeço.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu queria registar esta disponibilidade...

A Sr.ª Presidente: — Tenho de pedir ao Sr. Dr. Aguiar Branco, Vice-Presidente, se me substituíá só por um minutinho. Está bem?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vou colocar-lhe, rapidamente, quase perguntas pontuais.

O Sr. Dr., na primeira ronda de perguntas, disse que, para além das reuniões formais a que assistia, por razões de função, não assistiu à esmagadora maioria de outras reuniões que envolviam membros do conselho superior. E eu gostava que elaborasse um pouco mais sobre isto. Que tipo de reuniões é que havia? Eram do conhecimento de todos, até do presidente do conselho superior? E quais as suas finalidades, para além das que são conhecidas do chamado grupo dos quatro accionistas nomeados com um fim específico?

A segunda questão, incontornável, e eu confesso que gostava que nos pudesse ajudar, é a seguinte: temos aqui um grupo de accionistas, chamado grupo dos quatro, com uma determinada nomeação formal no conselho superior, com um determinado trabalho que, enfim, no dia 11 de Março, é objecto de um louvor especial pelo membro do conselho

superior, António Cavaco, que proferiu palavras de apreço e gratidão pelo trabalho desenvolvido pelo grupo dos quatro accionistas que integram a tal comissão do conselho superior.

De facto, quem nomeia e quem aprova — ou, pelo menos, pelo silêncio aprova — um voto de louvor deste tipo, que é o conselho superior, naturalmente, está obrigado a receber produto e esse produto não pode ficar em razões pouco explícitas para..., ou melhor, invocando razões pouco explícitas recorrer à sua não explicitação. E eu gostava que elaborasse sobre isto e que articulasse com outra questão a que eu, há pouco, na minha primeira intervenção não aludi directamente. É o seguinte: o Sr. Almiro Silva faz parte deste grupo, mas faz parte de um outro grupo que ele próprio nomeou aqui — e está nas actas, Sr. Dr. —, chamado o grupo dos 10 accionistas, que terá ou não tido um outro tipo de papel, provavelmente na elaboração da avaliação interna do grupo (questões económicas e financeiras), que o Sr. Dr. há pouco nos disse que não era atribuição deste grupo dos quatro.

Eu queria que o Sr. Dr., se se recordar ou se tiver alguma fonte de informação ou se recordar de alguma fonte de informação, pudesse articular este grupo dos quatro com o grupo dos 10, sobretudo, porque há uma pessoa comum, pelo menos uma pessoa comum.

Qual é o meu objectivo, Sr. Dr.? É o de tentar perceber se, quando se encaminha o debate no sentido da saída do Dr. Oliveira e Costa, equacionou-se a solução intermédia — Dr. Oliveira e Costa, administrador honorífico, e um CEO de transição ou definitivo (esta é a minha dúvida) chamado Francisco Sanches com outros — ou se a decisão é a de passar directamente para o Dr. Vakil.

Vários testemunhos, aqui, têm indiciado, apontado, para que o Dr. Vakil é uma solução transitória, mas é a segunda solução. E eu gostava, se nos permitisse, se puder ajudar-nos, articulando este grupo dos quatro com o grupo dos 10, ajudar a acrescentar mais alguma coisa.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Deputado, em relação à primeira questão: o conhecimento dessas reuniões é simples. É que as pessoas já estavam reunidas numa sala ao lado, antes da hora da reunião marcada e, quando eu chegava, saíam da sala e vinham para a reunião formal e, portanto, não é difícil perceber que há reuniões.

De resto, a partir do momento em que decidi que a Fundação devia sair... Digamos, eu estava ali a prestar um serviço, mas não queria intrometer-me em coisas que... e, aliás, eles não tinham nenhuma obrigação de me convidar para essas reuniões. E, provavelmente, felizmente que não me convidaram, porque eu assim sei muito menos coisas que, de outro modo, saberia.

Primeiro ponto: as reuniões não eram reuniões formais, eram reuniões em que eles estavam à minha espera e iam conversando, se bem que eu não chegava atrasado, devo dizer, ou, pelo menos, raras vezes cheguei atrasado.... E, portanto, os conselheiros conversavam, naturalmente, sobre os problemas que entendiam. Este é o primeiro aspecto do problema.

Segundo aspecto: eu já tive oportunidade de dizer, já não sei respondendo a que pergunta, que, efectivamente, não sei se houve outras

peessoas... Ou melhor, acredito que naquela situação um pouco confusa e de premência tivesse havido, se tivessem sido pensadas outras soluções, que não a do Dr. Vakil e, até, que as soluções definitivas tivessem sido pensadas ao mesmo tempo, só que não houve tempo ou falharam algumas delas.

Mas não conheço — não me recordo, pelo menos — nenhuma hipótese concreta em que se tenha falado nesse nome. Admito que isso seja possível. Para mim, não é um fenómeno estranho. É perfeitamente admissível que nestas circunstâncias tivesse acontecido, mas eu não tenho conhecimento disso.

Por último, não sei bem essa questão dos 10 e dos quatro, mas admito que esses 10 sejam os tais que subscreveram uma espécie de pacto social no sentido de terem uma acção conjunta de substituírem...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., utilizou que expressão? Não percebi. De pacto...?

O Sr. Dr. Rui Machete: — Pacto parassocial.

Quero dizer, admito, porque isso foi-me referido e, portanto, admito. Mas não sei, exactamente, quais eram. Não sei, porque não perguntei. Mas eram mais de quatro e, portanto, admito que talvez fossem 10... Pode ser que seja isso, mas não tenho a certeza.

Portanto, não o posso ajudar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca ouviu falar, Sr. Dr., não se recorda de ouvir falar a este grupo relacionado com a manutenção, embora em título honorífico, do Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não, o Dr. Oliveira e Costa, eu próprio achei que era uma boa solução, num primeiro momento, mantê-lo, digamos, numa posição honorífica, porque, na altura, nós não tínhamos... Eu não tinha a percepção e eles também não tinham — os restantes accionistas — a percepção da gravidade da situação, mas, quando essa percepção se tornou nítida, a ideia foi abandonada. Mas houve, efectivamente essa posição. E eu, isso, sim, posso dizer, que eu até defendi, porque achava que era uma maneira de, a alguém que tinha dado corpo àquele Grupo, as pessoas lhe serem reconhecidas, retirando-o da administração efectiva, mas honrando-o.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr. Rui Machete **Erro! Marcador não definido..**

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que a pediu, mas vai ser brevíssimo, não é verdade?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, é uma única questão que coloco.

Eu, percebendo a curiosidade do Sr. Deputado Afonso Candal...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado Nuno Melo, não faça considerandos. É que o Sr. Dr. Rui Machete precisa de fazer ainda uma viagem de muitos quilómetros... Seja incisivo, por favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas é rápido, Sr.ª Presidente.

Percebendo eu a preocupação do Deputado Afonso Candal com este negócio do Carlyle, que eu, de facto, também tenho e do qual gostava de conhecer mais pormenores, gostaria que o Sr. Dr., na medida do exacto conhecimento acue tem, nos desse um esclarecimento adicional, a propósito desta acta, que já foi aqui invocada, mas onde se transmite o possível conhecimento desse negócio por parte do primeiro-ministro.

E, certamente, o Deputado Candal terá particular facilidade em aceder a esta informação, coisa que nós não teremos...

O Sr. Dr. Rui Machete: — Eu também não tenho.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, então, nesta acta diz-se o seguinte: «(...) Portanto, o Sr. Presidente do Conselho de Administração comunicou aos Srs. Conselheiros as diligências efectuadas junto de uma entidade internacional, o Grupo Carlyle, que manifestou interesse em tomar posição no Grupo SLN, através de um dos seus fundos especializados.

Essas diligências foram efectuadas no âmbito de uma consulta prévia, perante alguns Srs. Conselheiros accionistas de uma declaração favorável.

Realçou, ainda, o facto de este grupo internacional já ter investido cerca de 100 milhões de dólares em diversos tipos de projectos (...).

Portanto, primeira questão: que projectos eram estes, se é que o Sr. Dr. tem deles conhecimento?

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não era na SLN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — No BPN, perdão!

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não! Não era no BPN. Pelo menos ,não foi essa a minha interpretação!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, é que aqui esta escrito: «Realçou ainda o facto de este grupo internacional já ter investido cerca de 100 milhões de dólares em diversos tipos de projectos». Não se refere a projectos no âmbito de parecerias com a SLN?

O Sr. Dr. Rui Machete: — Eu não interpretei assim!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nessa medida, se o Sr. Dr. puder ajudar na interpretação que tenha feito, seria útil.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Não! Interpretei assim: fez investimentos em Portugal...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Em Portugal!

O Sr. Dr. Rui Machete: — Mas não é uma interpretação autêntica?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não é autêntica, nem histórica.

O Sr. Dr. Rui Machete: — É a minha interpretação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, depois, concluindo o último parágrafo — que é esse que me interessaria mais, Sr.ª Presidente, pois está esclarecido o primeiro — lê-se: «Neste sentido o Sr. Dr. Oliveira e Costa referiu que tomou medidas complementares sobre este assunto, nomeadamente a realização de uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates, para lhe explicar a intenção do Grupo em abrir o capital a uma entidade estrangeira que identificou.»

Suponho que esta entidade estrangeira que...

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado Honório Novo já colocou essa questão...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas não foi, talvez, ao ponto que eu quero ir Sr.ª Presidente. Não me queiram apressar...! Se a Sr.ª Presidente me permitir só a leitura do parágrafo, eu chego já lá.

Portanto, vou repetir, só para não me quebrar o raciocínio: «Neste sentido, o Sr. Dr. Oliveira e Costa referiu que tomou medidas complementares sobre este assunto, nomeadamente a realização de uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates, para lhe explicar a intenção do Grupo em abrir o capital a uma entidade estrangeira que identificou.

O objectivo do encontro era o de saber se o Governo tinha algo a observar, uma vez que se tratava de uma participação num Grupo predominantemente financeiro por uma entidade fora da União Europeia».

E, depois, mais à frente: «O Sr. Presidente do Conselho de Administração deu ainda conhecimento da reunião no mesmo sentido com o Sr. Governador do Banco de Portugal, o qual sublinhou, que perante os mesmos factos reagiu de forma idêntica.

Aliás, foi o próprio Sr. Primeiro-Ministro que informou o Sr. Governador do Banco de Portugal do encontro para o que iria ser solicitado.»

E o esclarecimento adicional que eu queria, Sr. Dr. — porque também avaliamos aqui os termos da supervisão —, para tentar perceber a exacta dimensão do relacionamento do presidente do Conselho de Administração da SLN, Dr. Oliveira e Costa, com o Dr. Vítor Constâncio e com o Sr. Primeiro-Ministro na divulgação da situação do Grupo para podermos avaliar correctamente a supervisão.

Ou seja: era frequente ou não o Dr. Oliveira e Costa, antes de reportar à supervisão, perguntar do Sr. Primeiro-Ministro o que perguntou a propósito dos negócios com a Carlyle, ou não? E, caso o Sr. Dr. tenha conhecimento, se foi questionado o Sr. Presidente do Conselho de Administração da SLN sobre estes contactos? É que isto não é normal... Enfim, não é muito comum termos um presidente de um banco a tratar directamente com o primeiro-ministro, sem se querer saber o que é que foi conversado com esse primeiro-ministro e a relevância que isso pudesse ter para o futuro da SLN.

Portanto, queria saber se, a esse propósito, algo mais foi esmiuçado ou algo mais foi contado, algo mais foi esclarecido.

Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Sr. Deputado, a resposta é muito rápida.

A única coisa que posso esclarecer é que a razão apresentada para o contacto com o Sr. Primeiro-Ministro foi a de o Sr. Dr. Oliveira Costa entender que o banco devia manter-se em mãos nacionais, e este problema poderia representar uma quebra desse princípio que, desde sempre, tinha defendido. Portanto, gostava de auscultar a opinião do Sr. Primeiro-Ministro sobre isso.

Quanto ao mais, se teve mais contactos, menos contactos, se teve contactos, eu não lhe sei dizer. Terá de perguntar aos próprios.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo. Peço-lhe que seja telegráfico, por favor.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. Rui Machete, duas questões apenas.

Há pouco, o Sr. Dr. disse-nos que, de facto, tinha estado com o Dr. Vakil numa reunião no Banco de Portugal, na data de 11 de Abril de 2008. Sobre essa reunião, gostaria de fazer-lhe duas perguntas.

Primeira pergunta: nessa reunião, foi abordada a evolução dos contactos (ou das negociações, se quiser) com o Grupo Carlyle? Faço esta pergunta na exacta medida em que a reunião dá-se em Abril e, em Março de 2008, pelo menos o Grupo ainda se mostrava interessado na evolução dessa operação.

Segunda pergunta: nessa reunião, em que o Sr. Dr. esteve no Banco de Portugal com o Dr. Abdool Vakil, falou-se, ou não, no Banco Insular? Pergunto-lhe isto porque, na reunião seguinte do conselho superior, que

decorreu em Maio, o Dr. Abdool Vakil disse o que há pouco referi e realçou ainda o facto de o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof. Duarte Neves, numa reunião havida recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade — Banco Insular — a terceiros.

Portanto, resumindo, pergunto primeiro se, nessa reunião no Banco de Portugal em que o Sr. Dr. esteve, falaram no interesse da operação com o Grupo Carlyle e, segundo, se falaram ou não no Banco Insular, porque as datas são tão próximas que me parece provável que isso tenha acontecido.

A segunda questão é de outro género, de outro tipo. O Sr. Dr. Rui Machete disse que não tinha tido conhecimento do documento *Estado da Nação*, mas gostaria de o confrontar — no bom sentido, como é evidente — com o que o Sr. Dr. Abdool Vakil escreveu num documento que endereçou a esta Comissão, já posteriormente à sua audição.

No segundo período do primeiro parágrafo do ponto 7, cujo título é «Documento intitulado *O Estado da Nação*», está escrito o seguinte: «Esta situação ocorreu durante o mês de Março, tendo-me sido apresentado um documento final com esta designação,... » — *O Estado da Nação* — «...que, em 29 de Abril, enviei ao Presidente do Conselho Superior, Dr. Rui Machete, a quem pedi para fazer os comentários que tivesse e recomendei até que esse documento tivesse uma circulação restrita».

Portanto, o Dr. Abdool Vakil está aqui a dizer-nos que lhe enviou o documento *O Estado da Nação*, mas o Sr. Dr. está a dizer-nos que não conhece o documento. Enfim, temos de saber quem está equivocado!

Muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Machete.

O Sr. Dr. Rui Machete: — Sr. Deputado, em relação à conversa com o Sr. Vice-Presidente e outras pessoas do Banco de Portugal, não me recordo exactamente, mas admito que se possa ter falado na hipótese Carlyle — admito que sim. Em todo o caso, isso não constituiu (caso contrário, recordar-me-ia) um objecto central da discussão. Admito que se possa ter falado, mas não me recordo.

Também não me recordo exactamente do que é referido pelo Dr. Vakil no que diz respeito ao Banco Insular, embora pense que se falou no Banco Insular, e é natural que, enquanto não se sabia ainda a dimensão, o que significava essa questão... É provável, admito, que o vice-presidente tenha dito isso que referiu, mas também não foi o objecto central da nossa conversa, certamente.

No que diz respeito ao problema do dito documento, eu não conheço o documento, portanto não posso... Ele não mandou — certamente, está equivocado se disse isso, mas penso até que não pode deduzir-se tal da carta — um documento, *O Estado da Nação*, para eu apreciar. Pode ter-me mandado alguns elementos constantes desse documento, mas como não posso fazer o cotejo com algo que não conheço, não posso responder.

O Dr. Vakil teve oportunidade de me consultar sobre diversas matérias mas, a menos que eu esteja completamente amnésico (e ainda não estou, graças a Deus!), ninguém me mandou um documento sobre *O Estado da Nação*. Portanto, eu não sei, e até tive oportunidade de contar — um pouco jocosamente, mas não completamente — que, ontem ou

anteontem, uma pessoa disse-me, simpaticamente: «Ah, mas eu tenho aqui o documento. Quer ver?». Eu respondi: «Não quero!», porque assim posso dizer (não estou sob juramento, mas poderia jurar) que não conheço esse documento, não o vi e, portanto, não posso fazer esse cotejo.

Já há pouco foi dito — e eu não tenho razões para duvidar — que a exposição que o Sr. Dr. António Duarte fez serviu-se desses elementos, desse documento. Lembro-me dessa exposição, foi feita por diapositivos e, provavelmente, terão vindo daí. Admito que não iam fazer dois documentos completamente separados, mas como não conheço um deles, não posso afirmá-lo. É uma razão lógica.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Dr. Rui Machete, em nome dos Deputados que integram esta Comissão de Inquérito, queria agradecer muito a sua colaboração, agradecer o facto de ter respondido logo, de imediato, que aceitava a vinda a esta Comissão, fazendo-se acompanhar, previamente, das actas, que foram um instrumento precioso para esta reunião de trabalho.

Para além destes agradecimentos, não faço mais comentários para não o atrasar mais.

Sr. Dr. Rui Machete, foi um gosto tê-lo cá, de regresso à sua Casa.

Está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 20 minutos.*